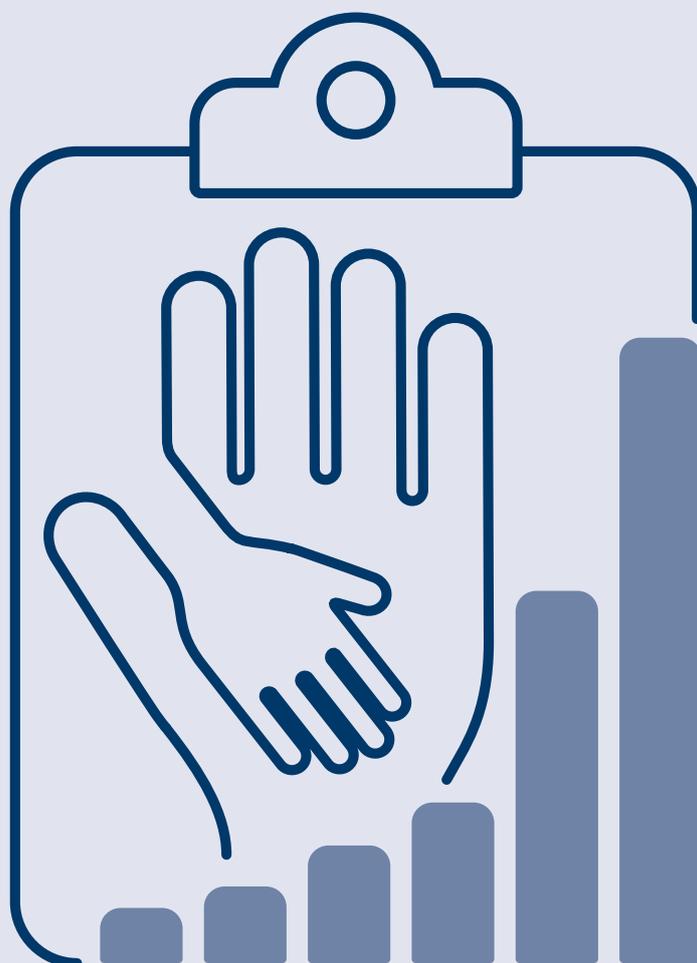




CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



PESQUISAS ACADÊMICAS RELACIONADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL: UMA DESCRIÇÃO BIBLIOMÉTRICA

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS NA
PRIMEIRA INFÂNCIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luiz Fux

Corregedor Nacional de Justiça

Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Conselheiros

Ministro Emmanoel Pereira

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Rubens de Mendonça Canuto Neto

Candice Lavocat Galvão Jobim

Tânia Regina Silva Reckziegel

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Ivana Farina Navarrete Pena

André Luis Guimarães Godinho

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Maria Tereza Uille Gomes

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral

Valter Shuenquener de Araujo

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica

Marcus Livio Gomes

Diretor-Geral

Johaness Eck

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretária de Comunicação Social

Juliana Neiva

Projeto gráfico

Eduardo Trindade

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD BRASIL

Representante Residente

Katyna Argueta

Representante Residente Adjunto

Carlos Arboleda

Representante Residente Assistente para Programa

Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento

Moema Freire

Coordenadora Técnica de projetos

Raíssa Teixeira

Assistentes de Projetos

Anna Clara Monjardim

Júlia Matravolgyi Damiano

Lívia de Salles Paiva

2021

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br



PESQUISAS ACADÊMICAS RELACIONADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA NO BRASIL: UMA DESCRIÇÃO BIBLIOMÉTRICA

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS NA
PRIMEIRA INFÂNCIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO

Brasília/DF
2021



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXPEDIENTE

Coordenação

Leandro de Carvalho

Pesquisadores e pesquisadoras Sênior

Anelise Fróes da Silva

Janaina Dantas Germano Gomes

Natalia Bordin Barbieri

Paola Stuker

Wesley de Jesus Silva

Pesquisadores e pesquisadoras Assistentes

Adriana Fernandes Lima

Alceu Braga

Laís Sette Galinari

Nicole Claro Moreira de Moraes

Pedro Jhony Barroso Figueiredo

Tamara Vaz de Moraes Santos

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS

Juízas Coordenadoras

Ana Lúcia Andrade de Aguiar

Lívia Cristina Marques Peres

Diretora Executiva

Gabriela Moreira de Azevedo Soares

Diretor de Projetos

Wilfredo Enrique Pires Pacheco

Diretor Técnico

Antônio Augusto Silva Martins

Pesquisadores e pesquisadoras responsáveis pelo acompanhamento

Danielly Queirós

Elisa Colares

Igor Stemler

Isabely Mota

P964p

Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Pesquisas Acadêmicas Relacionadas à Primeira Infância no Brasil: uma descrição bibliométrica / Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). – Brasília: CNJ, 2021.

64 p: il. color.

ISBN: 978-65-5972-496-3

3. Assistência à infância, Brasil 2. Política pública, Brasil 3. Infância, bibliometria I. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) II. Título

CDD: 340

Sumário

1 APRESENTAÇÃO	9
1.1 Pacto Nacional pela Primeira Infância	9
1.2 Diagnóstico da situação de atenção às crianças na primeira infância no Sistema de Justiça brasileiro	10
1.3 A construção de um levantamento bibliográfico como etapa do diagnóstico	11
2 METODOLOGIA	13
2.1 Bibliometria: a caracterização metodológica	13
2.2 A construção do estudo: um percurso de sete etapas	14
3 RESULTADOS GERAIS: UM LEVANTAMENTO DESCRITIVO DAS PUBLICAÇÕES	19
3.1 Distribuição por formato dos trabalhos e plataforma	19
3.2 Delineamento metodológico e áreas de conhecimento	20
3.3 Série temporal das publicações: uma análise da distribuição combinada com as principais normativas promulgadas ao longo dos anos	23
3.4 Localização das pesquisas: uma distribuição desuniforme no cenário nacional	26
4 PRIMEIRA INFÂNCIA E NEGLIGÊNCIA: TEMAS ABORDADOS EM PARALELO	29
4.1 Primeira infância: um tema estabelecido na saúde	29
4.2 Classe social como fator de risco?	31
4.3 Negligência: um conceito, diferentes possibilidades	32
4.4 Negligência, maus-tratos e violência: conexões da literatura	33
5 EIXO 1 MULHERES PRESAS E ADOLESCENTES EM REGIME DE INTERNAÇÃO QUE ESTEJAM GRÁVIDAS E/OU QUE SEJAM MÃES DE CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS DE IDADE	35
5.1 Caracterização do eixo	35
5.2 Resultados das buscas	36

5.3	Análise das redes de palavras-chave	36
5.3.1	<i>Maternidade como tema tangente em “mulheres encarceradas”</i>	37
5.3.2	<i>Concentração de estudos sobre saúde em “cárcere feminino”</i>	37
5.4	Dupla punição às mulheres: observações gerais sobre os estudos e desafios colocados até o momento	38
6	EIXO 2 PROTEÇÃO DA CRIANÇA NA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL	41
6.1	Caracterização do eixo	41
6.2	Resultados das buscas	42
6.3	Análise das redes de palavras-chave	42
6.3.1	<i>Alienação parental como fenômeno multivariado</i>	42
6.3.2	<i>Guarda compartilhada, um tema de dissensos</i>	43
6.4	Demandas a um olhar ampliado: observações gerais sobre os estudos e desafios colocados até o momento	44
7	EIXO 3 DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR, ADOÇÃO E TRÁFICO DE CRIANÇAS	47
7.1	Caracterização do Eixo	47
7.2	Resultados das buscas	48
7.3	Análise das palavras-chave	48
7.3.1	<i>Poder familiar de famílias adotantes e de origem</i>	49
7.3.2	<i>Homoparentalidade como tema recorrente em “adoção”</i>	50
7.4	Fragments do mesmo fenômeno: observações gerais sobre os estudos e desafios colocados até o momento	51
8	EIXO 4 FAMÍLIAS ACOLHEDORAS E UNIDADES DE ACOLHIMENTO	53
8.1	Caracterização do Eixo	53
8.2	Resultados das buscas	53
8.3	Análise das palavras-chave	54
8.3.1	<i>“Estrutura familiar” como fator de risco</i>	54
8.3.2	<i>“Políticas públicas” como tema circundante em “acolhimento familiar”</i>	55
8.4	Acolhimento como política pública: observações gerais sobre os estudos e desafios colocados até o momento	55
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	59

Lista de figuras

Tabela 1 	Palavras-chave utilizadas na busca	15
Figura 1 	Fluxograma da busca e seleção dos trabalhos	16
Figura 2 	Distribuição dos trabalhos selecionados quanto a plataforma e formato do produto	20
Figura 3 	Distribuição dos trabalhos selecionados quanto à área de conhecimento e delineamento metodológico	21
Figura 4 	Proporção de área do conhecimento para os trabalhos de cada eixo	22
Figura 5 	Distribuição dos trabalhos selecionados por ano de publicação	23
Figura 6 	Distribuição dos trabalhos selecionados por ano de publicação para cada um dos eixos	24
Figura 7 	Local de desenvolvimento das pesquisas empíricas	26
Figura 8 	Rede de palavras produzida a partir da pesquisa de artigos com “primeira infância”	30
Figura 9 	Rede de palavras produzida por meio da pesquisa de artigos com “primeira infância” e palavras-chave com pelo menos três ocorrências ...	31
Figura 10 	Rede de palavras produzida por meio da pesquisa de artigos com “negligência”	32
Figura 11 	Rede de palavras produzida por meio da pesquisa de artigos com “negligência” com focalização nas conexões do termo “maus-tratos infantis”	33
Figura 12 	Rede de palavras produzida a partir da pesquisa de artigos com “negligência” com focalização nas conexões de “violência doméstica”	34
Figura 13 	Rede de palavras produzida a partir da pesquisa de artigos com “mulheres encarceradas”	37

Figura 14 	Rede de palavras produzida a partir da pesquisa de artigos com “cárcere feminino”	38
Figura 15 	Rede de palavras produzida a partir da pesquisa de artigos com “alienação parental”	43
Figura 16 	Rede de palavras produzida a partir da pesquisa de artigos com “guarda compartilhada”	44
Figura 17 	Rede de palavras produzida por meio da pesquisa de artigos com “poder familiar”	49
Figura 18 	Rede de palavras produzida a partir da pesquisa de artigos com “adoção”	50
Figura 19 	Rede de palavras produzida a partir da pesquisa de artigos com “criança institucionalizada”	54
Figura 20 	Rede de palavras produzida a partir da pesquisa de artigos com “acolhimento familiar”	55

1 Apresentação

O presente estudo foi construído como uma das etapas do percurso de realização do “Diagnóstico da Situação de Atenção à Primeira Infância no Sistema de Justiça”, em conformidade com uma das ações acordadas pelo Pacto Nacional pela Primeira Infância¹. Trata-se de um estudo bibliométrico cujo objetivo foi apreender o cenário de produção de conhecimentos acadêmicos sobre o tema no Brasil, com vistas a fomentar a produção e as análises da pesquisa quantitativa do supracitado Diagnóstico.

O texto está organizado em oito partes. Nas seções iniciais, constam a contextualização do Pacto e a apresentação da estrutura do projeto do Diagnóstico com foco nos eixos de pesquisa e na composição da equipe, constituída em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em seguida, são apresentadas as etapas iniciais deste estudo e a descrição da metodologia empregada (seção 2), seus achados quantitativos gerais (seção 3) e as reflexões sobre os temas proeminentes nos estudos analisados a partir da produção de redes de palavras-chave ((seções de 4 a 8).

1.1 Pacto Nacional pela Primeira Infância

Celebrado em 25 de junho de 2019 entre o Conselho Nacional de Justiça, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Cidadania, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Controladoria-Geral da União, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, o Pacto Nacional pela Primeira Infância é um instrumento que estabelece cooperação técnica e operacional com vistas ao aprimoramento da infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança e à prevenção da prática de improbidade administrativa por servidores públicos e demais atores da rede de proteção à primeira infância².

¹As informações descritas neste documento acerca do Pacto Nacional Pela Primeira Infância, e informações adicionais, poderão ser obtidas em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pacto-nacional-pela-primeira-infancia/>. Acesso em: 9 de outubro de 2020.

²Outras informações e consulta às cláusulas e anexos do pacto podem ser obtidas em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pacto-nacional-pela-primeira-infancia/>. Acesso em: 9 de outubro de 2020.

O Pacto possui treze cláusulas. Seu objetivo, segundo sua cláusula primeira, é a conjugação de esforços entre os signatários para: i) o intercâmbio de conhecimentos acerca do funcionamento da rede de proteção à primeira infância; ii) o desenvolvimento de pesquisas e estudos relativos a temas afetos à atenção à primeira infância; iii) a seleção, a disseminação e o compartilhamento de boas práticas destinadas ao aprimoramento da atenção à primeira infância; iv) a capacitação, nas modalidades presencial e à distância, de operadores do direito, psicólogos, assistentes sociais, profissionais de educação, conselheiros tutelares e outros profissionais afins que atuam com o tema da primeira infância; v) e a realização de eventos de sensibilização, debate, intercâmbio de estudos e experiências nas temáticas relacionadas à primeira infância.

O plano de trabalho para a concretização das referidas ações consta do Anexo I do Pacto, em que se apresenta como meta a ser atingida a realização do Diagnóstico Nacional (item 2, subitem 2.1, p. 8), contexto no qual este estudo se insere³.

As ações realizadas no âmbito do Pacto até o presente momento podem ser consultadas em documento publicado em agosto de 2020⁴, em que se descreve, entre outras iniciativas, o Diagnóstico Nacional, apresentado brevemente a seguir.

1.2 Diagnóstico da situação de atenção às crianças na primeira infância no Sistema de Justiça brasileiro

Coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, o Diagnóstico está sendo produzido a partir de cinco eixos intimamente interrelacionados, a saber: Eixo 1 – Mulheres presas e adolescentes em regime de internação que estejam grávidas e/ou que sejam mães de crianças até 6 anos de idade; Eixo 2 – Proteção da criança na dissolução da sociedade conjugal; Eixo 3 – Destituição de poder familiar, adoção e tráfico de crianças; Eixo 4 – Famílias acolhedoras e unidades de acolhimento; Eixo 5 – Estrutura judiciária e gestão administrativa de políticas públicas para a infância e juventude, esses eixos são a base para a organização do levantamento bibliográfico ora apresentado.

Diante da diversidade de infâncias em contato com o Sistema de Justiça brasileiro, o Diagnóstico previsto no projeto terá abordagem qualitativa e quantitativa. A primeira abrangerá aproximadamente 120 comarcas (municípios-sede), contemplando os cinco eixos temáticos já mencionados. A segunda buscará levantar e analisar bases de dados de diversos órgãos do Poder Executivo e de diferentes âmbitos do Poder Judiciário, buscando compreender a interface entre este e a primeira infância no país.

Como já descrito em outros documentos, “o Diagnóstico é fundamental para subsidiar a definição de ações, de prioridades de investimentos e de que forma estes serão executados, inclusive com a proposição de políticas, rotinas de atendimento e formas de gestão das entidades responsáveis pela atenção às crianças na primeira infância e

³ Outras informações e consulta às cláusulas e anexos do pacto podem ser obtidas em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pacto-nacional-pela-primeira-infancia/>. Acesso em: 9 de outubro de 2020.

⁴ Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Pacto-Nacional-pela-Primeira-Infancia_2020-09-01_WEB.pdf. Acesso em: 9 de outubro de 2020.

suas famílias” (CNJ, 2020, p. 29). Objetiva-se indicar aos órgãos do sistema de justiça e signatários do Pacto, a partir dos resultados obtidos, os pontos problemáticos, tais como estrutura, equipe, processos de trabalho e articulação entre os atores da rede de proteção e promoção do desenvolvimento na primeira infância, para que possam concentrar esforços nas soluções adequadas a cada caso (CNJ, 2020, p. 30).

A equipe envolvida na realização do projeto foi formada a partir do Projeto BRA/19/007 – “Fortalecimento da gestão de informações sobre a atenção às crianças na primeira infância no Sistema de Justiça brasileiro”, realizado a partir de Acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e composta por profissionais de diversas áreas, como ciências sociais, direito, economia, estatística, epidemiologia, psicologia e pedagogia.

1.3 A construção de um levantamento bibliográfico como etapa do diagnóstico

O intuito desta etapa de levantamento bibliográfico é construir uma visão geral das temáticas implicadas em quatro dos cinco eixos da pesquisa diagnóstica proposta pelo Pacto Nacional pela Primeira Infância. Este estudo visa elaborar uma síntese do cenário de produções acadêmicas sobre os referidos temas no Brasil, oferecendo um levantamento mediante os anos de publicação, as áreas de conhecimento, o delineamento metodológico, a distribuição geográfica e as palavras-chave usadas.

O levantamento realizado até o momento é útil tanto para os/as profissionais envolvidos/as com o Diagnóstico como para pesquisadores/as e demais interessados/as no tema. Tratando-se de material que seguirá sendo aprofundado, de acordo com a dinâmica de realização da pesquisa, a qual levará à sua complementação à medida que novas temáticas se mostrem importantes.

Como estratégia para produção deste estudo, foram realizadas buscas de materiais bibliográficos nas plataformas Scielo.Org e bancos de teses e dissertações da Capes. A partir disso, foram produzidas análises quantitativas e redes de conexão de palavras-chave.

Em seguida serão apresentadas as etapas de compilação do material, bem como os resultados por eixo de análise e algumas observações sobre os materiais obtidos nos itens subsequentes.

2 Metodologia

A seguir será apresentada a metodologia empregada e os recursos informacionais utilizados para realizar o levantamento bibliográfico de caráter bibliométrico referente aos temas previstos para o Diagnóstico da Primeira Infância, com característica descritiva-exploratória. O levantamento foi realizado entre julho e agosto de 2020, com novas buscas para revisões e incrementos de palavras-chave entre setembro e outubro do mesmo ano.

2.1 Bibliometria: a caracterização metodológica

A bibliometria consiste na utilização de métodos quantitativos na busca por uma avaliação objetiva da produção científica levantada (ARAÚJO, 2006). Seu princípio, como refletem Silva, Hayashi e Hayashi (2011), constitui em analisar a atividade científica ou técnica a partir de contagens estatísticas das publicações ou de seus elementos, como área de conhecimento, abordagem científica, localização da publicação, entre outros.

Ainda que haja divergências quanto à origem desse tipo de análise (MOMESSO e NORONHA, 2017), fato é que os estudos bibliométricos têm ganhado notoriedade nos últimos tempos e têm sido cada vez mais realizados. Uma busca por esse termo na plataforma Scielo.org, por exemplo, resultou em 782 trabalhos, em números ascendentes entre os anos de 2000 e 2017.

De acordo com Alvarado (1984), existem três tipos recorrentes de estudos bibliométricos, quais sejam: i) os que descrevem a distribuição da literatura periódica numa área específica; ii) aqueles que têm a finalidade de descrever a produtividade dos autores em um determinado tema; e iii) os que se dedicam à frequência no uso de palavras num determinado texto.

O presente estudo oferece elementos que envolvem tanto uma descrição da distribuição da literatura na área de conhecimento de estudos da infância, ligadas aos eixos do projeto, quanto por palavras-chave. Na seção a seguir, passa-se a descrever o percurso de construção do estudo para, então, apresentarem-se reflexões de ordem qualitativa que visam agregar análises a este estudo bibliométrico, possibilidades analíticas ao Diagnóstico e a eventuais pesquisas futuras.

2.2 A construção do estudo: um percurso de sete etapas

Neste estudo bibliométrico, foi realizado um levantamento a partir dos seguintes passos: i) definição das plataformas de trabalhos científicos a serem consultadas; ii) delimitação temática e construção das palavras-chave a serem investigadas nas plataformas; iii) buscas e leitura interessada dos trabalhos, com foco nos objetivos, metodologia e conclusões; iv) triagem e elegibilidade dos trabalhos, tendo como critério a aproximação com os focos de interesses do Diagnóstico; v) tabulação dos trabalhos escolhidos em planilha Microsoft Excel; vi) construção de gráficos, redes de palavras e cartografia do levantamento; vii) leitura transversal das conclusões apresentadas pelos trabalhos.

Primeiramente, foram definidas as plataformas de buscas, selecionando-se o banco de artigos científicos da *Scientific Electronic Library Online* (Scielo.org)⁵ e o catálogo de teses e dissertações da Fundação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁶ disponíveis na Plataforma Sucupira. Essas bases foram escolhidas por serem consideradas as mais reconhecidas no Brasil para a busca de trabalhos científicos. Ao mesmo tempo, combinadas, elas possibilitam uma amplitude de formatos de trabalhos, permitindo um conjunto de artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, considerando-se, especialmente, que grande parte dos autores que produzem sobre a temática o fazem no contexto da pós-graduação e não necessariamente publicam artigos em periódicos.

A segunda etapa consistiu na definição dos interesses temáticos do levantamento, em que também foram realizadas escolhas sobre as palavras-chave. Foram definidos dois termos transversais ao tema de todos os eixos: “primeira infância” e “negligência”. Ambos foram escolhidos por serem gerais aos eixos de investigação, sendo que o primeiro foi definido por se tratar do tema inerente ao Diagnóstico e ao Pacto e o segundo por representar situações que atravessam as temáticas do projeto, tratando-se de ações ou omissões de danos das famílias ou do Estado às crianças, mas sobre o qual muitas vezes pairam incertezas e incongruências nas práticas de Justiça. Também foram definidos termos específicos referentes aos eixos temáticos.

Optou-se por focalizar o estudo nos eixos 1, 2, 3 e 4 do Diagnóstico, empreendendo-se uma avaliação dos seus temas norteadores para a definição de palavras-chave. O Eixo 5, por tratar do funcionamento da estrutura judiciária em infância e juventude, foi reservado para um formato de estudo focalizado nos materiais internos do CNJ, incluindo as produções do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), e em pesquisas de outras instituições, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Aos demais eixos, foram realizados testes para se avaliar quais os retornos mais produtivos, considerando que termos jurídicos nem sempre são os mais utilizados pelo meio acadêmico no geral para referência a determinados fenômenos. É o caso, para citar um exemplo, de “pensão alimentícia” em vez de “ação de alimentos” no Eixo 2. Ao final, trinta e cinco palavras-chave foram definidas, conforme Tabela 1.

⁵ Endereço eletrônico: <https://scielo.org/>

⁶ Endereço eletrônico: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

TABELA 1 | PALAVRAS-CHAVE UTILIZADAS NA BUSCA

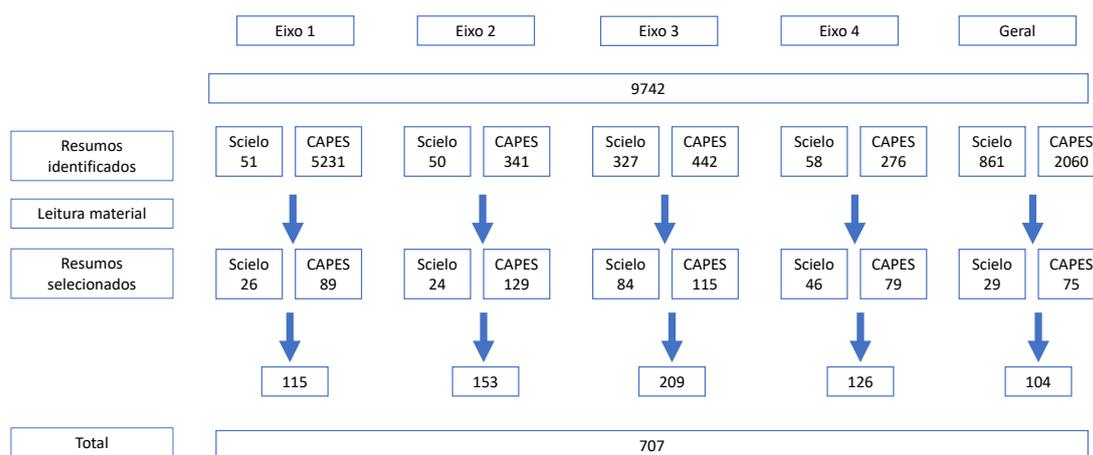
EIXO 1 Mulheres presas e adolescentes em regime de internação que estejam grávidas e/ou que sejam mães de crianças até 6 anos de idade	EIXO 2 Proteção da criança na dissolução da sociedade conjugal	EIXO 3 Destituição de poder familiar, adoção e tráfico de crianças	EIXO 4 Famílias acolhedoras e unidades de acolhimento	GERAL
“Meninas em conflito com a lei”	“Guarda de crianças”	“Destituição do poder familiar”	“Família Acolhedora”	“Primeira infância”
Maternidade AND Socioeducativo	“Guarda compartilhada”	“Poder Familiar”	“Unidade de acolhimento”	Negligência
“Cárcere Feminino”	“Separação dos pais”	“Perda do poder familiar”	“Criança Institucionalizada”	
“Mulheres em Conflito com a Lei”	“Sociedade conjugal”	Mães AND negligência	Abrigamento	
“Maternidade no Cárcere”	“Pensão alimentícia”	“Adoção de crianças”	“Acolhimento familiar”	
“Mulheres Encarceradas”	“Alienação parental”	“sequestro de crianças”		
Prisão AND crianças	“Regulamentação de visitas”	“convenção de Haia”		
Prisão AND Maternidade		“Protocolo de Palermo”		
“maternidade na prisão”		“turismo sexual”		
“mães encarceradas”		“Tráfico de crianças”		
Cárcere AND Maternidade				

Em caso de mais de uma palavra, as buscas foram realizadas entre aspas para maior precisão terminológica. Sobretudo no Eixo 1 foi necessário fazer pesquisas com combinação de palavras para atingir resultados relevantes em termos numéricos e temáticos. Contudo, esse tipo de recurso só é oferecido pelo Scielo, não sendo possível pelo catálogo de teses e dissertações da Capes⁷. Nesse caso, a plataforma apresenta resultados abrangentes, nem sempre compreendendo o somatório das palavras, mas a recorrência de pelo menos uma das expressões. Esse foi um desafio imposto que demandou esforço extra na triagem dos trabalhos.

⁷ Embora seja possível na plataforma de Periódicos da Capes.

Na terceira etapa, realizaram-se buscas por palavras-chave nas plataformas, o que resultou em 9.742 trabalhos. Na quarta etapa escolheram-se 707 estudos a partir dessa primeira compilação. Para tanto, prosseguiu-se à leitura dos títulos e resumos para a triagem a partir do critério de pertinência aos temas de interesse do Diagnóstico. No fluxograma a seguir, Figura 1, é possível verificar o número de trabalhos identificados e selecionados conforme cada eixo e na busca geral.

FIGURA 1 | FLUXOGRAMA DA BUSCA E SELEÇÃO DOS TRABALHOS



Fonte: Autoria própria.

A quinta etapa consistiu na tabulação no Excel dos 707 resumos selecionados, a partir dos dados constantes nas informações catalográficas e resumos dos trabalhos, com o preenchimento referente às seguintes informações: plataforma de busca, formato do trabalho, nome dos/as autores/as, título do trabalho, endereço eletrônico, ano de publicação, área de conhecimento, abordagem e procedimentos metodológicos, local de desenvolvimento, palavras-chave, principais conclusões. Nesta etapa, ainda, foram preenchidas duas colunas com conteúdos diretamente ligados à análise temática: uma com observações gerais sobre o trabalho, se o caso, e uma para indicação de eixos diretamente relacionados ao trabalho denominada “eixos de conexão com o diagnóstico”.

A relevância da variável “eixos de conexão com o diagnóstico” na tabulação dos resumos na planilha diz respeito ao fato de que, embora os termos de pesquisa tenham sido construídos desde as temáticas de cada eixo, alguns trabalhos encontrados também atendiam aos temas de outros eixos do Diagnóstico. Isso, por sua vez, evidencia que os fenômenos compreendidos nesses recortes temáticos não são estanques, mas em grande medida se atravessam, tal qual a complexidade da realidade social de muitas crianças.

Após a sistematização dos trabalhos selecionados, realizou-se a sexta etapa, que consistiu na quantificação do levantamento. Gráficos foram produzidos utilizando-se o

software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 22, por meio de cruzamentos entre as informações levantadas. Um mapa do território nacional, com a distribuição das pesquisas pelas unidades da federação (UFs), foi construído por meio do *software ArcGis* versão 10.5.

Por fim, adentrando em cada recorte temático, a sétima etapa consistiu na elaboração de redes de palavras a partir das palavras-chave dos artigos encontrados na Scielo por meio do *software VOSViewer*⁸ versão 1.6.15. Por meio desse programa é possível trabalhar a partir de bancos de dados exportados nas plataformas científicas e identificar as palavras-chave mais recorrentes dos estudos e suas conexões.

A produção das redes possibilita filtrar as palavras-chave desejadas para o produto a partir do número mínimo de vezes que elas aparecem entre os artigos. No geral, foram produzidas as redes com todas as palavras-chave presentes nos artigos, ou seja, com filtro para pelo menos uma ocorrência do termo entre o montante. Em alguns casos em específico, no entanto, as redes foram produzidas com palavras-chave que apareceram pelo menos duas vezes entre os artigos. Isso ocorreu porque alguns resultados apresentaram número mais expressivo de artigos, com ampla diversidade de palavras-chave, o que limitava a possibilidade de visualização e compreensão da imagem caso incluídos todos os termos. É o caso da rede de palavras de “primeira infância”, por exemplo.

Elucida-se, ainda, que se optou por realizar as redes com todos os trabalhos encontrados conforme cada palavra-chave e não somente com os selecionados pelo levantamento, de forma a ampliar a possibilidade de análise das publicações em cada tema. Todavia, nem todas as buscas resultaram em um número suficiente de entradas para se realizar as redes de palavras.

Leituras transversais da tabulação e dos demais materiais construídos foram realizadas e permitem as reflexões que serão apresentadas neste produto. Ainda que o formato desta revisão intenciona uma perspectiva ampliada e generalista sobre a produção científica no tema, sem uma discussão individual dos trabalhos, algumas referências serão mencionadas ao longo do texto. Isso não significa, necessariamente, que sejam as mais importantes no tema, mas que se destacaram por uma abordagem ou conclusão em específico.

A seguir, passa-se à descrição de resultados e reflexões sobre o material compilado.

⁸ O mesmo não foi conduzido com os trabalhos acadêmicos da Capes pela impossibilidade técnica do programa.

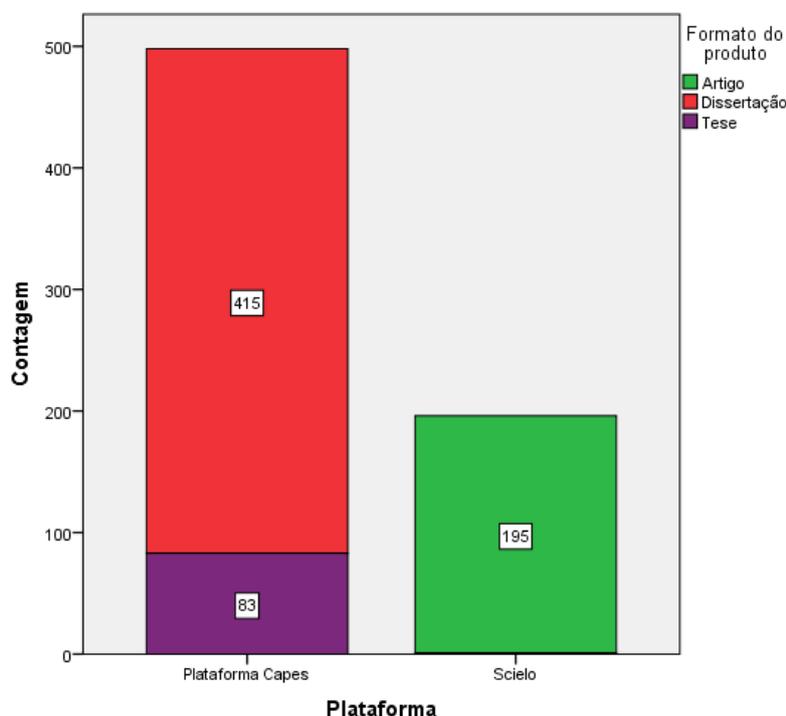
3 Resultados gerais: um levantamento descritivo das publicações

Esta seção apresenta a bibliometria do levantamento geral conduzido por meio da análise estatística das publicações selecionadas. Mediante a descrição quantitativa, apreendeu-se como as produções acadêmicas referentes às temáticas abrangidas pelo Diagnóstico se distribuem regionalmente, por área de conhecimento, por ano de publicação e por formato de trabalho. Nesta seção, serão apresentadas as análises quantitativas totais, com alguns destaques por eixo temático, sendo que as próximas destacam reflexões qualitativas das temáticas de cada eixo, quais sejam: Eixo 1 – Mulheres presas e adolescentes em regime de internação que estejam grávidas e/ou que sejam mães de crianças até 6 anos de idade; Eixo 2 – Proteção da criança na dissolução da sociedade conjugal; Eixo 3 – Destituição de poder familiar, adoção e tráfico de crianças; e Eixo 4 – Famílias acolhedoras e unidades de acolhimento.

3.1 Distribuição por formato dos trabalhos e plataforma

Na Figura 2, é possível visualizar a distribuição dos trabalhos entre as duas plataformas de pesquisas e por formato, observando-se uma recorrência amplamente maior de trabalhos do catálogo da Capes do que da Plataforma Scielo. Também há maior proporção de dissertações (mestrado) do que teses (doutorado). Ao todo, 60% dos trabalhos são dissertações, 28% artigos científicos e 12% teses.

FIGURA 2 | DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS QUANTO A PLATAFORMA E FORMATO DO PRODUTO



Fonte: Autoria própria.

A menor recorrência de trabalhos da Scielo pode ser compreendida pelo fato discorrido na metodologia referente à plataforma indexar uma parcela de periódicos, sendo todos esses, a constar, de alto prestígio acadêmico segundo o sistema de qualificação nacional *qualis*. Por sua vez, o maior número de dissertações pode ser explicado pela quantidade de cursos de mestrado ser maior do que de doutorado e pelo seu menor prazo de conclusão. Explorações sobre o perfil dos autores e autoras, se profissionais da área ou acadêmicos, seriam pertinentes para complementar hipóteses sobre essa predominância de dissertações nas temáticas pesquisadas.

3.2 Delineamento metodológico e áreas de conhecimento

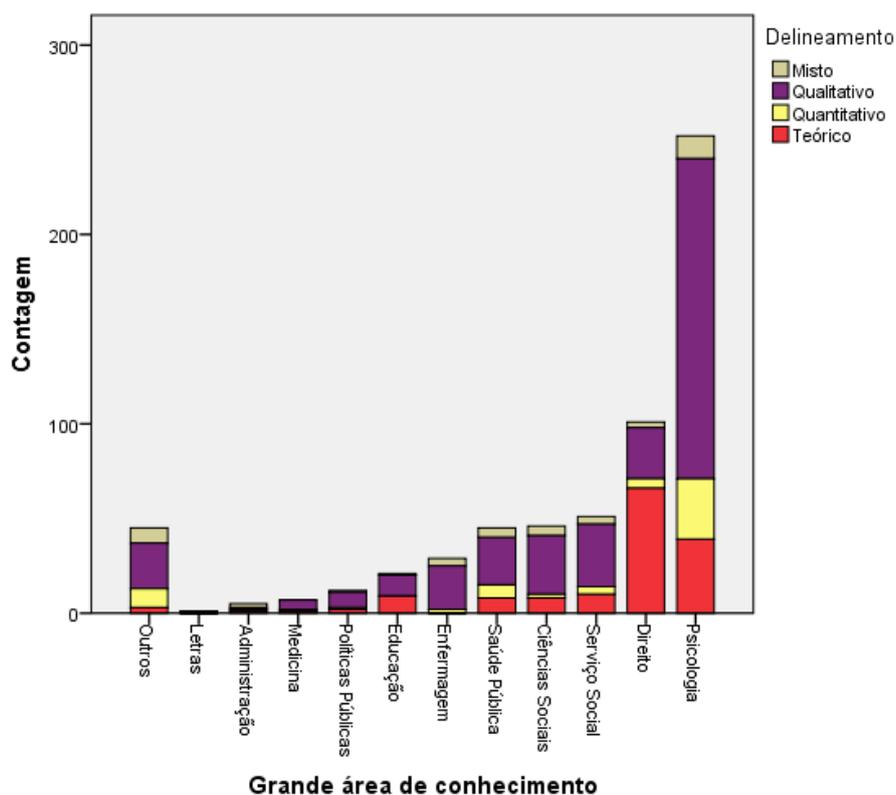
Em termos de delineamento metodológico, os trabalhos foram classificados entre enfoque qualitativo, quantitativo, misto ou teórico. A maioria dos estudos (58%) publicados nas temáticas desse recorte sobre primeira infância é qualitativa. Trata-se de pesquisas que usaram técnicas de análise específicas, geralmente por meio de condução de entrevistas, observações ou análises documentais. Na sequência, estão os trabalhos de caráter teórico (24%), produzidos a partir de estudos bibliográficos, e alguns também normativos. Apesar de ter sido identificado uma porcentagem razoável de trabalhos com esse delineamento, raros foram os que conduziram revisão sistemática

da literatura e nenhum foi construído com a proposta, o enfoque e a abrangência do presente estudo. Os trabalhos quantitativos, por sua vez, representam apenas 11% das pesquisas. Sobre estes estudos, tratam-se geralmente de amostras que não são suficientes para a extrapolação para a realidade geral, e produziram resultados de frequências dos dados, sem análises de correlação e causalidade. Por fim, 7% dos trabalhos levantados possuem enfoque metodológico misto, combinando técnicas de produção de dados qualitativa e quantitativa.

No que concerne às áreas de conhecimento, percebe-se uma preponderância dos estudos da área de psicologia, seguida por direito, serviço social, ciências sociais e saúde pública, respectivamente.

O cruzamento entre área de conhecimento e delineamento metodológico pode ser visualizado na Figura 3. Chama atenção o predomínio de trabalhos de cunho teórico na área do Direito, onde estão inseridos os estudos que combinam revisão bibliográfica com análises normativas. Por sua vez, os trabalhos quantitativos ou mistos, embora sejam minoria em todas as áreas do conhecimento, foram mais recorrentes em pesquisas da área da psicologia.

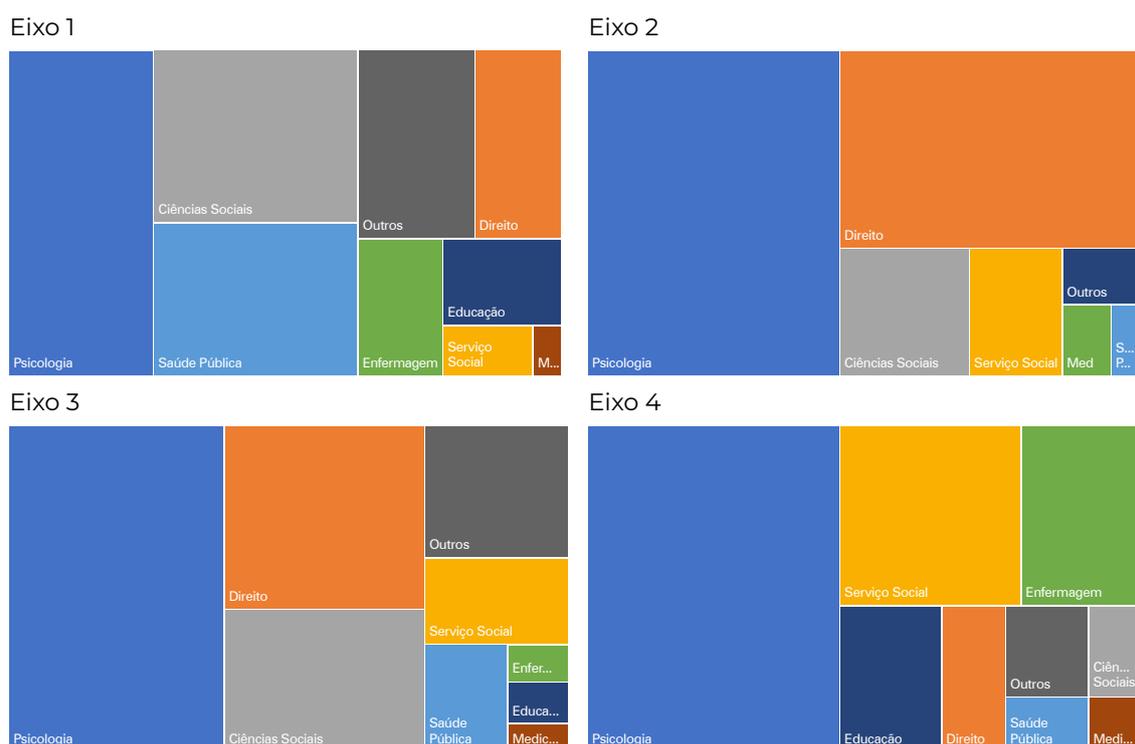
FIGURA 3 | DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS QUANTO À ÁREA DE CONHECIMENTO E DELINEAMENTO METODOLÓGICO



Fonte: Autoria própria.

Ainda referente às áreas de conhecimento de produção dos estudos, é interessante observar o cruzamento com os eixos. A Figura 4 demonstra a expressividade quantitativa das pesquisas da área de psicologia em todas as seleções por eixo. Ao mesmo tempo, indica a presença dos estudos do direito e da saúde pública em todos os eixos, embora em menor proporção.

FIGURA 4 | PROPORÇÃO DE ÁREA DO CONHECIMENTO PARA OS TRABALHOS DE CADA EIXO



Fonte: Autoria própria.

É possível perceber ainda que os trabalhos das ciências sociais e do serviço social também são recorrentes nas seleções por eixos. No caso das ciências sociais, em especial nas temáticas do Eixo 3; e, no caso do serviço social, em destaque no Eixo 4, apresentando coerência com o fato de as unidades de acolhimento e os programas de famílias acolhedoras comporem a rede de assistência social.

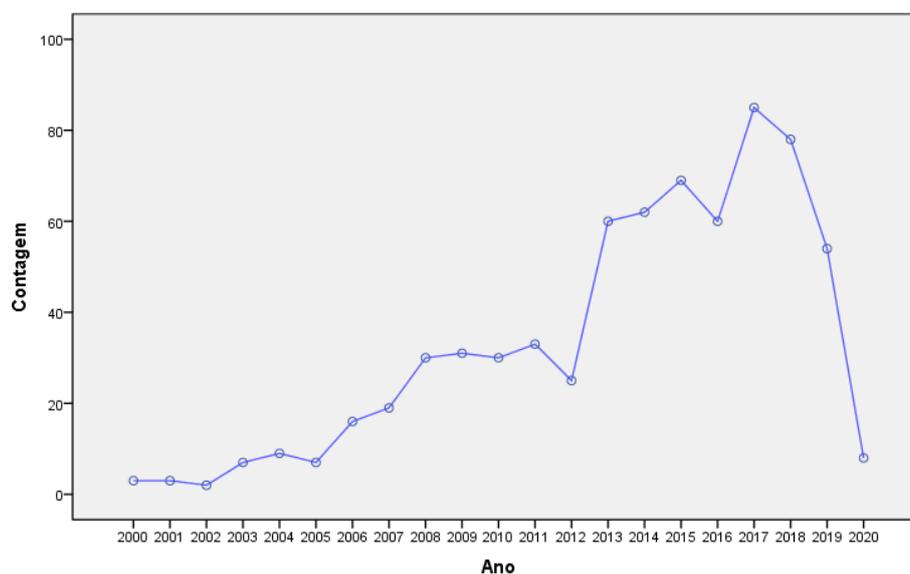
A área de saúde pública apresenta maior recorrência na temática do Eixo 1, o que pode ser compreendido pelas condições estruturais e sanitárias das unidades prisionais e de internação, que podem apresentar riscos à saúde das populações desses espaços, em especial as mulheres gestantes, parturientes e mães e seus filhos e filhas.

3.3 Série temporal das publicações: uma análise da distribuição combinada com as principais normativas promulgadas ao longo dos anos

Também se faz pertinente analisar como os estudos se distribuem ao longo dos anos. O trabalho mais antigo levantado é do ano de 1985 e se insere na temática do Eixo 4, tratando a respeito de um projeto, no âmbito de crianças institucionalizadas, que teria por objetivo diminuir as taxas de morbimortalidade infantil (REZENDE *et al.*, 1985). O segundo estudo mais remoto é da década seguinte, especificamente de 1994, e trata-se de uma dissertação de mestrado que se insere na temática referente à adoção tardia, contemplativa do Eixo 3 do Diagnóstico (VARGAS, 1994).

Todavia, é somente a partir dos anos 2000 que os temas referentes aos recortes temáticos deste estudo começam a se fazer mais presentes nas bases pesquisadas. A Figura 5 revela uma curva dos estudos por ano com irregularidades, mas geralmente ascendente. Um cenário crescente de estruturação de políticas públicas na temática da infância empreendidas desde a Constituição Federal de 1988 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990), combinado a maiores investimentos na produção científica nas universidades, provavelmente influenciaram essa ascensão, bem como a melhora e integração das bases de busca de trabalhos.

FIGURA 5 | DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS POR ANO DE PUBLICAÇÃO



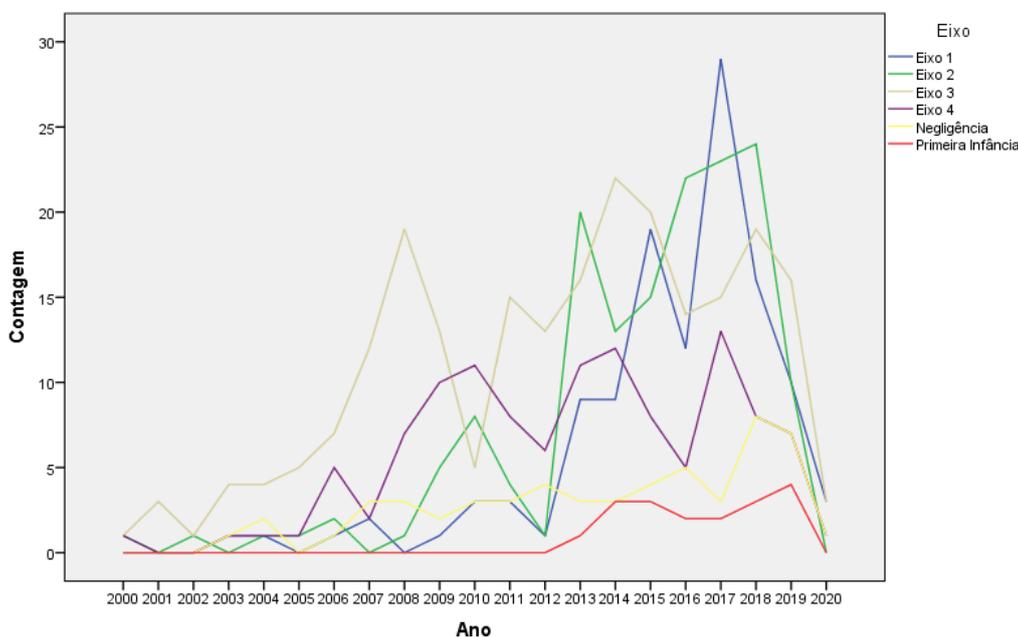
Fonte: Autoria própria.

Sem produzir relações de causalidade, e pensando que o impacto de uma normativa na produção acadêmica da área não é imediato, pretende-se, nesta seção, apontar alguns marcos temporais legais que podem ter relação com determinados momentos da produção.

A Figura 5 apresenta pico de ascensão no ano de 2017. Acredita-se que o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016) possa ter sido um dos estímulos desse incremento, sobretudo no que concerne aos artigos, já que, em princípio, são produzidos mais celeremente que as dissertações e teses. Porém, há que se notar três pontos de retração: de 2011 a 2012, de 2015 a 2016 e a partir de 2017. Embora o levantamento sobre 2020 represente apenas os oito primeiros meses do ano, é preciso considerar que ainda assim apresenta desproporcionalmente menos trabalhos, o que pode advir do contexto da pandemia de covid-19 atualmente vivenciada e de seu impacto observado na produção acadêmica das mulheres pesquisadoras que atuam expressivamente nas áreas temáticas levantadas⁹.

Com a análise desmembrada por eixos e palavras gerais percebe-se uma oscilação das frequências temporais, conforme pode ser visto na Figura 6. A perspectiva direcionada para a palavra-chave “primeira infância” revela que os primeiros estudos com esse conceito nos temas relacionados ao Diagnóstico datam do ano de 2013. Antes disso, alguns estudos da área de saúde usavam o conceito, mas com particularidades que não atendem aos interesses diretos do projeto, como da área de odontologia referente à prevalência de cáries dentárias nas crianças. Por outro lado, o termo “negligência”, que pode ser compreendido como um conceito mais genérico, é um pouco mais comum, apresentando ocorrências desde 2002 e maior frequência em 2018.

FIGURA 6 | DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS POR ANO DE PUBLICAÇÃO PARA CADA UM DOS EIXOS



Fonte: Autoria própria.

⁹Sobre o tema, verificar, por exemplo: CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana. Um tempo só para si: gênero, pandemia e uma política científica feminista. Blog DADOS, 2020 [published 22 May 2020]. Available from: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-cientifica-feminista/>.

No que concerne ao Eixo 1, vê-se uma ascensão de 2012 a 2017, embora se perceba um período de estabilidade e um de queda nesse intervalo. A mirada para as normativas no tema também permite potenciais explicações.

Destaca-se a Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Em termos de política, é pertinente salientar a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), que foi lançada em 2014, pela portaria interministerial nº 210, e prioriza a atenção às questões do aprisionamento feminino. Em 2014 também foi divulgada a primeira edição do relatório Infopen Mulheres (DEPEN, 2014), com dados sobre o sistema carcerário feminino, utilizados ou pelo menos citados por uma ampla parcela dos estudos levantados no tema.

Referente ao Eixo 2, há um incremento de estudos publicados entre 2008 e 2010, 2012 e 2013 e, por fim, 2014 e 2018. Esse é um eixo que engloba diferentes temáticas, sendo que as que mais se destacam são referentes à guarda compartilhada, à alienação parental e, em terceiro plano, à ação de alimentos. Essas matérias, justamente, tiveram legislações promulgadas ou alteradas nos últimos anos, sendo a lei que institui e disciplina a guarda compartilhada promulgada em 2008 (Lei n. 11.698/2008); a lei que dispõe sobre a alienação parental em 2010 (Lei n. 12.318/2010); a lei que estabelece o significado de “guarda compartilhada” e dispõe sobre sua aplicação em 2014 (Lei n. 13.058/2014); e a lei que dispõe sobre a forma como a ação de alimentos para crianças e adolescentes em processo de guarda deve correr na justiça em 2015 (Lei n. 13.105/2015). Considerando que no Eixo 2 foi encontrada a quantidade mais expressiva de trabalhos da área do direito por meio das buscas realizadas, sendo esses em grande medida estudos teórico-normativos, é consequente que mudanças legislativas impactem a ocorrência dos trabalhos na área.

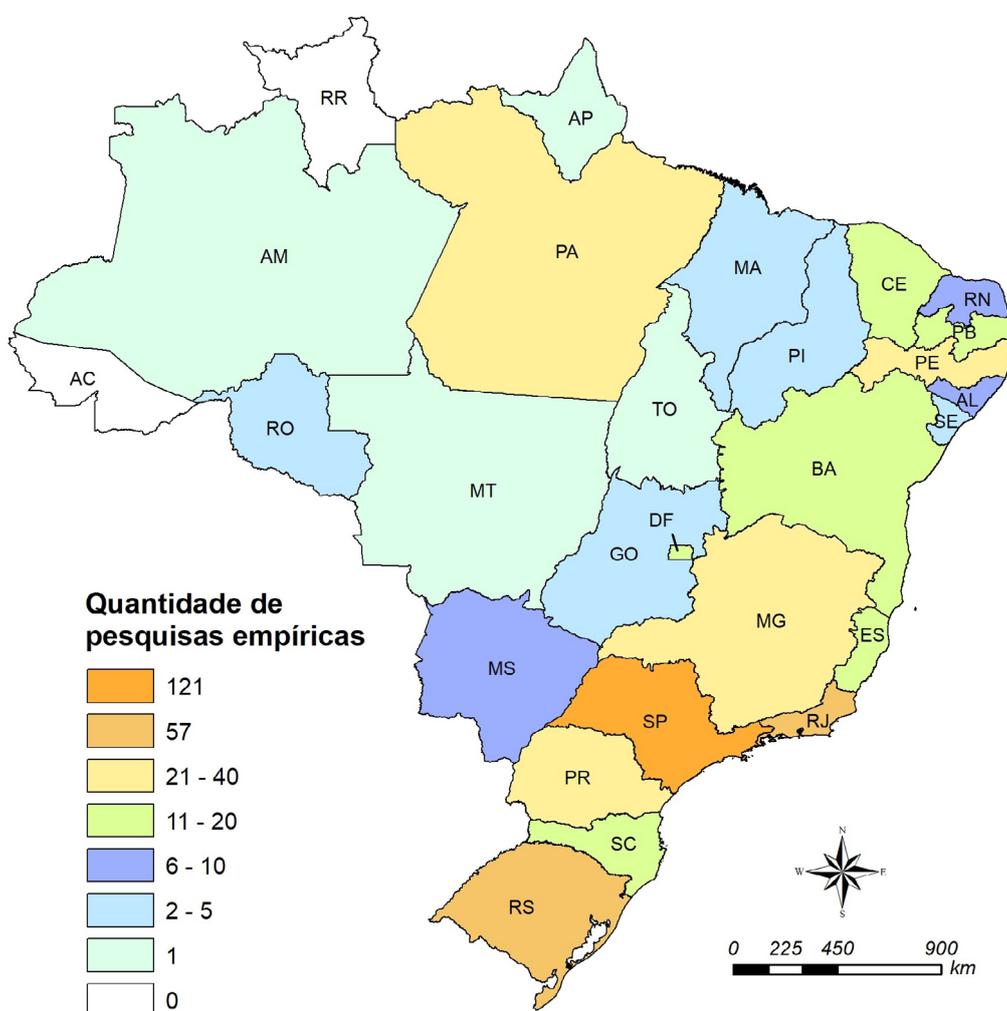
O Eixo 3, conjunto temático de maior variedade de assuntos, destaca-se pela maior recorrência de trabalhos. Seus picos estão nos anos 2008 e 2014. Nesse caso, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), lançado em 2006, pode ter apresentado influência ao desenvolvimento de estudos no tema. Também é preciso considerar que uma variedade de leis foi promulgada nas últimas décadas sobre os temas desse eixo. As leis que dispõem sobre adoção, por exemplo, são de 2009 (Lei n. 12.010/2009) e 2017 (Lei n. 13.509/2017), além do ECA, que também trata amplamente sobre esses temas e que foi também alterado pelo já mencionado Marco Legal da Primeira Infância.

Por fim, o Eixo 4 apresenta uma linha oscilatória com picos em 2010, 2014 e 2017 e quedas em 2012 e 2016, além de não apresentar mais ocorrências a partir de 2018. Acredita-se que o PNCFC apresentou influência, sobretudo, na ascendência das publicações de 2007 a 2010. Nesse caso, em especial pelo Plano ter lançado o Programa de Acolhimento Familiar (ou Famílias Acolhedoras), que veio a ser incluído na Lei da Adoção.

3.4 Localização das pesquisas: uma distribuição desuniforme no cenário nacional

Destaca-se, nesta seção, como os campos de pesquisa dos trabalhos se distribuem geograficamente no cenário nacional por UF. Primeiramente, é preciso observar que foram consideradas nesta análise apenas os trabalhos com pesquisa empírica, ou seja, não se incluem aqui os trabalhos teóricos e normativos, pois não possuem uma delimitação de localização nos estudos. Ao mesmo tempo, para aqueles estudos que não nomearam as localidades de condução da pesquisa de campo, foram considerados a UF da universidade dos/as autores/as. Essa classificação pode ser visualizada na Figura 7.

FIGURA 7 | LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESQUISAS EMPÍRICAS



A Figura 7 demonstra uma distribuição desuniforme dos estudos no cenário brasileiro, com uma concentração no estado de São Paulo, seguida de Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que juntos ainda têm menos publicações no tema que o primeiro. A menor incidência de trabalhos advindos de estados do Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país pode refletir uma desigualdade no fomento acadêmico e científico nessas regiões. Isso implica em limitações para a compreensão localizada das temáticas que dizem respeito ao Diagnóstico da Primeira Infância, no sentido de possíveis particularidades e influências dos contextos regionais.

As análises apresentadas até aqui fomentam uma compreensão ampliada dos temas que estão sendo investigados pelo Diagnóstico em curso. Na próxima seção, passa-se para um aprofundamento focalizado e qualitativo. Primeiramente, destacam-se reflexões a partir das palavras “primeira-infância” e “negligência” e, a seguir, ingressa-se em cada um dos eixos do Diagnóstico.

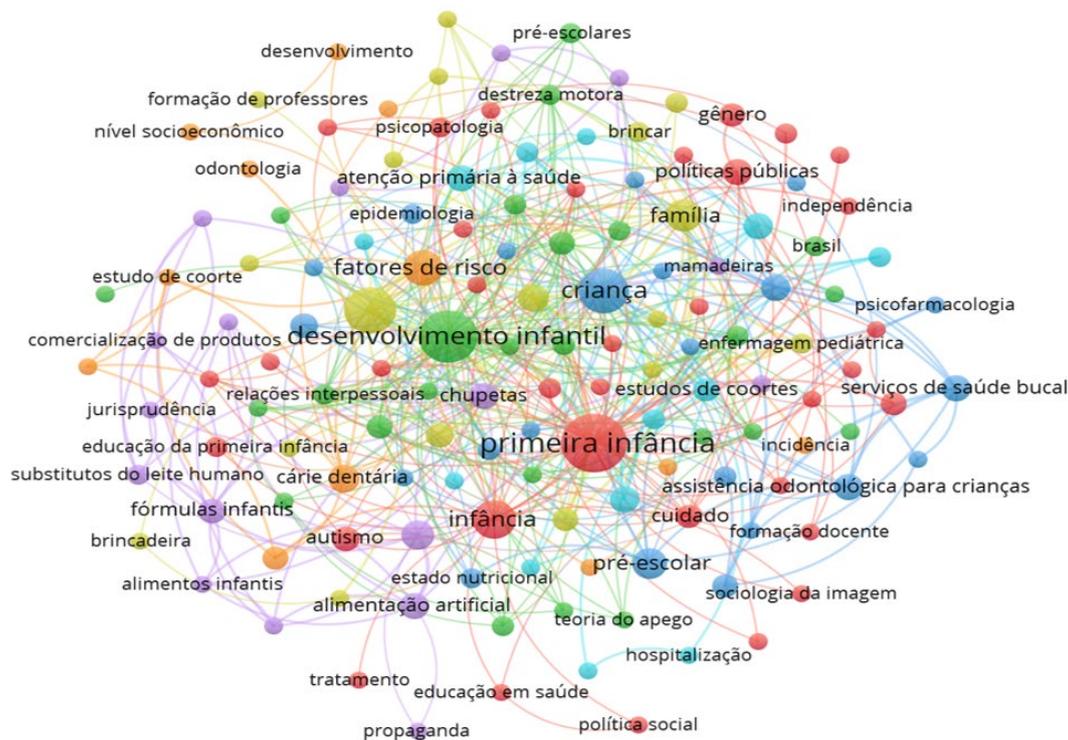
4 Primeira infância e negligência: temas abordados em paralelo

Como observado, ao realizar as buscas e o levantamento nos termos do exposto na metodologia de trabalho, restou clara a necessidade de se abordar dois termos transversais a todos os eixos: "primeira infância" e "negligência". Nesta seção, serão apresentados os *insights* que emergiram na análise das redes de palavras-chave produzidas a partir dos levantamentos com esses termos

4.1 Primeira infância: um tema estabelecido na saúde

A escolha do termo "Primeira Infância" refere-se à temática central do Diagnóstico. Em 2016, com o ingresso do Marco Legal da Primeira Infância no ordenamento jurídico nacional, a emergência desse tema, que antes esteve relacionado às áreas da saúde, passa a tomar forma na produção de âmbito jurídico, ao menos sob essa nomenclatura (primeira infância). A partir dos materiais levantados, foi produzida a rede de palavras no *software* VOS Viewer, Figura 8, com a finalidade de compreender quais os trabalhos, e sob quais perspectivas, a temática da Primeira Infância estaria sendo abordada.

FIGURA 8 | REDE DE PALAVRAS PRODUZIDA A PARTIR DA PESQUISA DE ARTIGOS COM “PRIMEIRA INFÂNCIA”



Fonte: Scielo | software: VOSviewer.

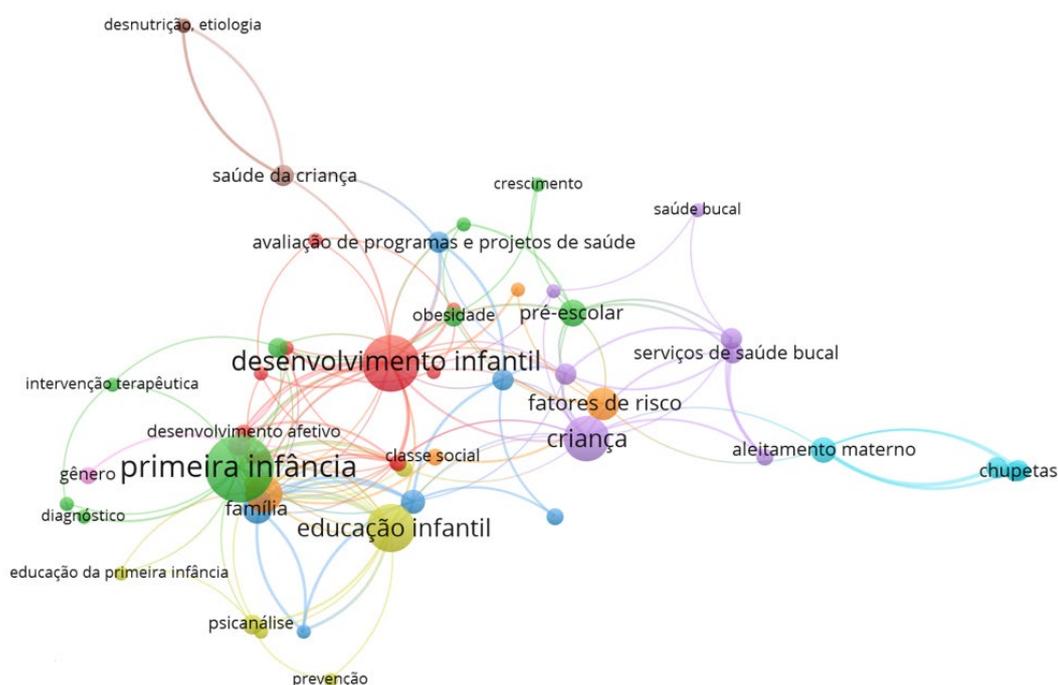
Nessa rede fica evidente a multiplicidade de conexões temáticas que envolvem o tema da primeira infância. Assuntos da área de saúde (como sugerem os termos “atenção primária à saúde”, “epidemiologia”, “odontologia”, “enfermagem pediátrica”, “estado nutricional” e “autismo”, para citar alguns exemplos) são protagonistas na abordagem desse tema e apresentam destacada relação com “desenvolvimento infantil”. Ainda assim, políticas públicas de maneira mais abrangente, além de assuntos que dizem respeito a área de educação, também têm recorrência considerável. Termos como “família”, “gênero” e “nível socioeconômico” dão o tom de questões sociais importantes que estão colocadas aos cuidados e aos direitos na primeira infância.

Aplicando-se um filtro à palavra “jurisprudência”, única palavra propriamente do campo do direito visível na rede, revela-se que essa se conecta com “substituto ao leite materno”, “publicidade direta ao consumidor”, “chupetas” e “comercialização de produtos”, demonstrando que se trata de trabalhos que abordam temas da saúde e da publicidade orientada às crianças.

4.2 Classe social como fator de risco?

Após um olhar mais abrangente para as conexões de palavras na rede anterior, destaca-se a focalização em palavras-chave que aparecem com o mínimo de três ocorrências entre os estudos encontrados. Com esse recorte, identifica-se a seguinte rede (Figura 9).

FIGURA 9 | REDE DE PALAVRAS PRODUZIDA POR MEIO DA PESQUISA DE ARTIGOS COM “PRIMEIRA INFÂNCIA” E PALAVRAS-CHAVE COM PELO MENOS TRÊS OCORRÊNCIAS



Fonte: Scielo | software: VOSviewer.

De modo geral, os termos da área da saúde permanecem frequentes, mas é possível visualizar outras conexões pertinentes, como classe social. Percebe-se que se trata de trabalhos que conectam os primeiros anos de vida com condições para o desenvolvimento adequado. Resta clara a conexão entre desenvolvimento, família, classe social e fatores de risco. Tais conexões materializam constatações produzidas por trabalhos de diversas áreas de conhecimento: as lacunas nas políticas públicas vulnerabilizam o desenvolvimento de crianças cujas famílias não têm condições de arcar com serviços privados de cuidado, saúde, educação bem como assegurar direitos mínimos como a segurança alimentar.

A ideia de “fatores de risco” e “família” presentes em ambas as redes, consubstancia-se, nos termos de diversos interlocutores do diagnóstico e pesquisas, também por meio da terminologia da negligência, que presente intensamente na área de estudo da Primeira Infância, foi investigada por meio de levantamento próprio apresentado a seguir.

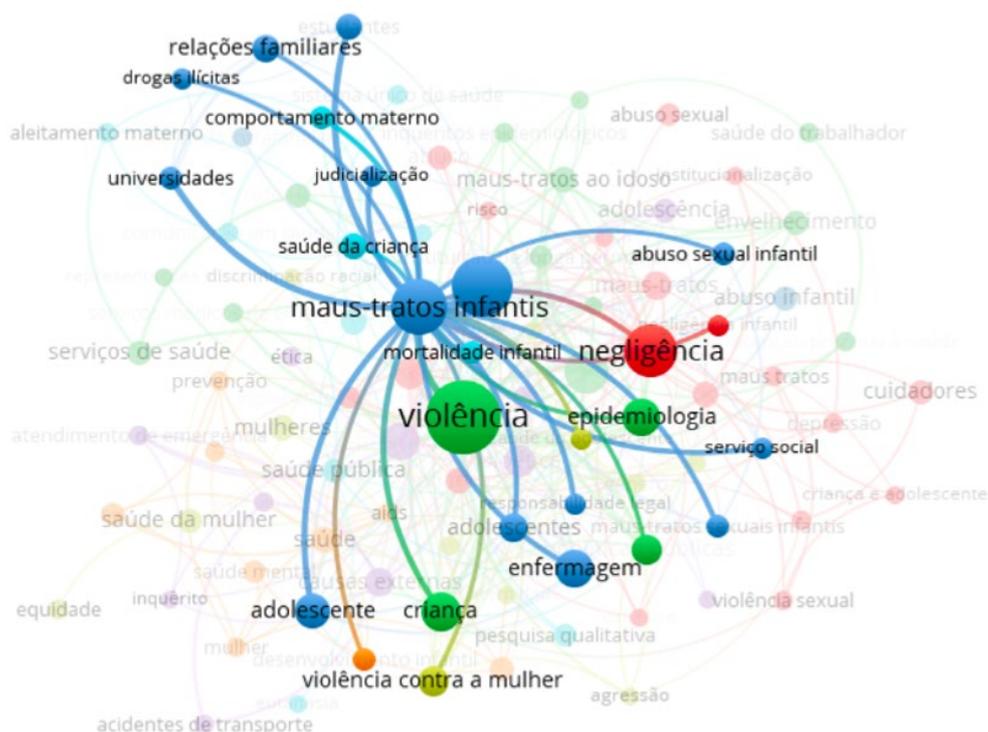
“violência” e “violência doméstica”, termos que, como vemos, são proporcionalmente mais incidentes na temática.

Na próxima subseção, algumas imagens demonstram um olhar parcial da rede de palavras sobre negligência, de maneira a melhor visualizar algumas conexões.

4.4 Negligência, maus-tratos e violência: conexões da literatura

Definir ou delinear o que é e quando ocorre a negligência é um desafio enfrentado por diversos autores que buscam estabelecer critérios científicos para a avaliação da negligência para não recorrer a processos de estigmatização e preconceito. Na rede a seguir (Figura 11), podem ser visualizadas as ligações de negligência com o termo “maus-tratos infantis”.

FIGURA 11 | REDE DE PALAVRAS PRODUZIDA POR MEIO DA PESQUISA DE ARTIGOS COM “NEGLIGÊNCIA” COM FOCALIZAÇÃO NAS CONEXÕES DO TERMO “MAUS-TRATOS INFANTIS”



Fonte: Scielo | software: VOSviewer.

Considerando que a produção de laudos técnicos (que muitas vezes descrevem as situações consideradas de negligência) é prerrogativa de profissionais da saúde, da psicologia e da assistência social, é natural que haja predominância dessas produções por

5 Eixo 1

Mulheres presas e adolescentes em regime de internação que estejam grávidas e/ou que sejam mães de crianças até 6 anos de idade

5.1 Caracterização do eixo



primeiro eixo do Diagnóstico versa sobre as temáticas de gestação, nascimento e infância no tocante ao encarceramento feminino, seja nas condições das penitenciárias adultas, seja das unidades de regime socioeducativo.

O Marco Legal da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016) ampliou a possibilidade de substituição da prisão preventiva pela domiciliar ao alterar o artigo 318 do Código de Processo Penal, quando a agente for mulher com filho de até doze anos incompletos (inciso V) e gestante (inciso IV), em substituição ao inciso que previa a possibilidade apenas para a gestante a partir do sétimo mês de gravidez ou em casos de gestação de alto risco¹⁰.

A disputa jurídica na interpretação legal do referido dispositivo pode ser expressa pelo julgamento do *habeas corpus* coletivo n. 143.641/SP de 2018 pelo Supremo Tribunal Federal, e pela Lei n. 13.769/2018, que inseriu no Código de Processo Penal o art. 318-A, que restringe o direito à prisão domiciliar desde que a mulher não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa (Art. 318-A, I) e não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente (II).

¹⁰ Em razão do foco do diagnóstico nas mulheres encarceradas não nos aprofundaremos na alteração realizada pelo Marco Legal da Primeira Infância no que toca à inclusão do inciso VI do mesmo artigo mencionado, referente à ampliação do direito ao homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Essas alterações e disputas interpretativas recentes, ainda que não repercutam diretamente nos trabalhos selecionados, uma vez que correspondem a um período mais abrangente, são importantes para a realização do Diagnóstico, uma vez que compreender como essas alterações são aplicadas na prática consiste em um dos objetivos específicos do Eixo 1.

As estratégias de buscas para o Eixo 1 foram conduzidas de maneira a envolver tanto a realidade das mulheres gestantes e mães no sistema carcerário, como das meninas nas mesmas condições em cumprimento de medidas socioeducativas. Ainda assim, trabalhos sobre o segundo grupo foram muito escassos. Isso, a despeito de condizer com a realidade de que há menos meninas grávidas e mães do que mulheres nas mesmas condições, não garante que seja uma situação rara, mas sim pouco investigada.

Como visto na seção 2.2, esse foi o eixo com mais palavras-chave e, também, com mais termos compostos e combinações de palavras nas buscas, como estratégias para encontrar os trabalhos dentro do recorte temático da gestação e da infância nessas condições. O caráter abrangente da temática, que pode apresentar investigações sobre outras facetas do encarceramento feminino, precisou ser delimitado para apreender os trabalhos que abordassem a realidade da maternidade e da infância nessas condições.

5.2 Resultados das buscas

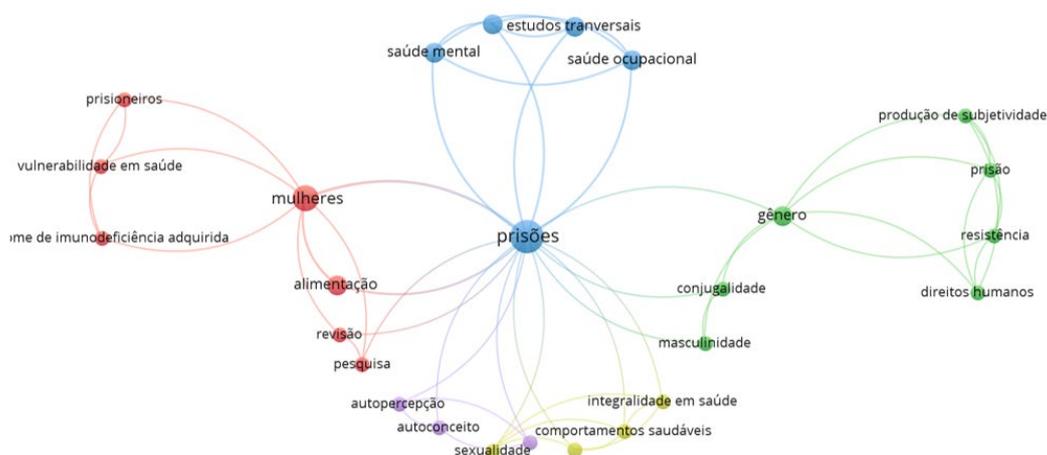
As buscas realizadas por meio das palavras-chave do Eixo 1 resultam em inúmeras entradas, demonstrando como o encarceramento feminino é um tema bastante investigado pelo meio acadêmico. O total de entradas nesse eixo foi de 5.282, sendo que 115 trabalhos foram selecionados, ou seja, aproximadamente 2,17%. Essa amplitude de trabalhos encontrados é explicada pelas particularidades do tema e das limitações do catálogo de teses e dissertações da Capes para buscas combinadas. Entre as palavras-chave pesquisadas, a que mais apresentou retorno foi “maternidade” e “socioeducativo”, com 5.054 trabalhos, dos quais foram selecionados 39, seguido de “mulheres encarceradas” com 118, sendo 22 pertinentes ao estudo¹¹. Na sequência estão “cárcere feminino”, “prisão e maternidade”, “maternidade na prisão”, “mães encarceradas”, “prisão e crianças”. “maternidade no cárcere”, “cárcere e maternidade”, “meninas em conflito com a lei” e “mulheres em conflito com a lei”.

5.3 Análise das redes de palavras-chave

Apresentam-se aqui duas redes de palavras de resultados produzidos com as buscas de artigos no Scielo. Foram elaboradas redes para cada busca realizada, sendo que se destacam neste texto, na descrição desse e dos demais eixos, aquelas que se apresentaram mais pertinentes.

¹¹ Devido à problemática já discorrida na metodologia, o catálogo da Capes apresenta os resultados encontrados com uma dessas palavras, não necessariamente com as duas. Por isso, o número elevado, comparado com o de selecionados.

FIGURA 14 | REDE DE PALAVRAS PRODUZIDA A PARTIR DA PESQUISA DE ARTIGOS COM “CÁRCERE FEMININO”



Fonte: Scielo | software: VOSviewer.

Pode-se observar que as formas como esses termos se apresentam na rede sugerem lentes temáticas particulares, que direcionam distintas perspectivas no tema. Enquanto a palavra “mulheres” aparece conectada às questões referente à vulnerabilidade de saúde e alimentação, por exemplo; a palavra “gênero” traz à tona condições sociais relacionadas à produção de subjetividades, aos direitos humanos e à resistência, além da dimensão relacional expressa na conexão com conjugalidade e masculinidade. Isso reforça a necessidade de compreender que a categoria de gênero não é um sinônimo de mulher e que reflete uma estrutura social. Especificamente nos temas tocantes à maternidade, é sabido como as questões de gênero compõem as expectativas sociais sobre mulheres e se reverberam no ambiente carcerário (BRASIL, 2015).

5.4 Dupla punição às mulheres: observações gerais sobre os estudos e desafios colocados até o momento

A leitura dos trabalhos levantados no Eixo 1 evidencia que o encarceramento reflete uma dupla punição às mulheres que são gestantes e mães. Primeiramente, pelo ato infracional ou crime cometido. Mas, além disso, pelas dificuldades impostas para o acompanhamento pré-natal, o parto, o aleitamento, a convivência com a criança e o exercício da maternidade de forma adequada. Desse modo, um desafio que acompanha esse cenário é a garantia dos direitos dessas mulheres e meninas e seus/suas filhos/as, com vistas a assegurar seus direitos humanos e a proteção e o desenvolvimento integral das crianças.

Nesse sentido, os estudos indicam uma série de dificuldades que mulheres grávidas e mães encarceradas/internadas e seus filhos e filhas experienciam. Essas dificuldades, no geral, abordam os seguintes fatores, que se inter-relacionam: i) inexistência de uma política penitenciária/socioeducativa direcionada às particularidades de gênero e infância; ii) instituições prisionais e do sistema socioeducativo não projetadas para mulheres e suas necessidades, o que reflete na insuficiência de infraestrutura adequada como celas especiais e creches; iii) preocupação prioritária à garantia da ordem do que aos direitos de convivência familiar e aleitamento das crianças. Os dois primeiros pontos são mais recorrentes nas abordagens dos estudos, ao passo que o último, em específico, se destaca nas reflexões apresentadas por Simas *et al.* (2015) e Diuana *et al.* (2017).

Se as redes de palavras demonstraram que esse recorte temático é uma faceta muitas vezes tangente nos estudos sobre encarceramento feminino, aqueles que a abordam costumam o fazer centrando-se na vivência materna. Assim, são infrequentes as produções que discorrem diretamente sobre a condição das crianças nesse contexto e faltam mais reflexões acerca do que é necessário em termos de estrutura para favorecer um desenvolvimento psicossocial saudável de bebês e crianças.

Nesses meandros, o tempo de permanência do bebê com a mãe é um ponto emblemático das discussões, com vistas à garantia dos direitos de ambos e ao adequado desenvolvimento humano das crianças. Outro ponto que se destaca nesse tema é o fato de que a maternidade acaba sendo instrumentalizada pelos agentes como um recurso para buscar “ressocializar” a mulher ou menina, dentro da afirmação dos papéis de gênero vinculados ao cuidado.

Alguns estudos também refletem o papel das equipes técnicas multidisciplinares que, apesar de serem consideradas uma parte mais acolhedora dentro do sistema, também apresentam limitações. Possíveis aprimoramentos se destacam, sobretudo, no que concerne à facilitação da interação mãe-bebê e as possibilidades de articulação de políticas públicas para atender às necessidades das famílias.

De forma geral, diante dos resultados apreendidos sobre o Eixo 1, percebe-se que o cenário do encarceramento feminino apresenta diferentes desafios à garantia de direitos das gestantes, mães e crianças. O ambiente carcerário que, no geral, não se apresenta adequado às pessoas adultas, o é muito menos às crianças, gestantes e lactantes. Por outro lado, a interrupção da convivência com a mãe, quando essa permanece em regime fechado e a criança deixa o sistema prisional, pode ser tão ou mais prejudicial à proteção e ao seu desenvolvimento do que a permanência conjunta.

6 Eixo 2

Proteção da criança na dissolução da sociedade conjugal

6.1 Caracterização do eixo

A dissolução da sociedade conjugal de sujeitos que possuem filhos/as em comum sempre traz implicações à situação das crianças que, por determinação legal, devem contar com regulamentação judicial para que se assegurem seus direitos, não podendo ser realizada, quando há filhos menores, de maneira extrajudicial. O processo de guarda das crianças, as ações de alimentos e os casos de alienação parental, e as formas de proteção da criança nesse contexto, são temas norteadores do eixo. Dessa maneira, foram esses os temas focalizados no levantamento no Eixo 2, como é possível identificar nas palavras-chave listadas na metodologia.

É oportuno refletir que, em comparação com os demais eixos, o tema possui uma particularidade de classe social, dizendo respeito também, muitas vezes, às famílias com condições socioeconômicas mais favoráveis. Quando buscam a justiça para resolução das problemáticas que envolvem o divórcio e a guarda das crianças, por vezes essas famílias contam com a presença de peritos próprios, auxílio jurídico ampliado e longos processos judiciais, sendo esta uma diferenciação entre processos a ser destacada em análise do Diagnóstico, quando possível. As ações de pedido e execução de alimento, por sua vez, permeiam diferentes grupos sociais, sendo realizadas em grande número pelas Defensorias Públicas e podendo ser apreendidas como uma forma de chamamento dos pais ao exercício da parentalidade. Enquanto isso, as temáticas que envolvem o encarceramento feminino, a destituição do poder familiar e o abrigamento de crianças costumam representar numericamente mais pessoas de níveis socioeconômicos mais baixos, em que a vulnerabilidade social está colocada.

6.2 Resultados das buscas

As buscas do Eixo 2 resultaram em 391 trabalhos, dos quais foram selecionados 153, ou seja, aproximadamente 39%. Entre as palavras-chave pesquisadas, a que mais apresentou retorno foi “alienação parental”, com 118 resultados, dos quais foram selecionados 72, seguido de “guarda compartilhada” com 84, sendo 33 pertinentes para o estudo. Na sequência estão “separação dos pais”, “sociedade conjugal”, “regulamentação de visitas”, “pensão alimentícia” e “guarda de crianças”, nessa ordem de número de trabalhos encontrados.

6.3 Análise das redes de palavras-chave

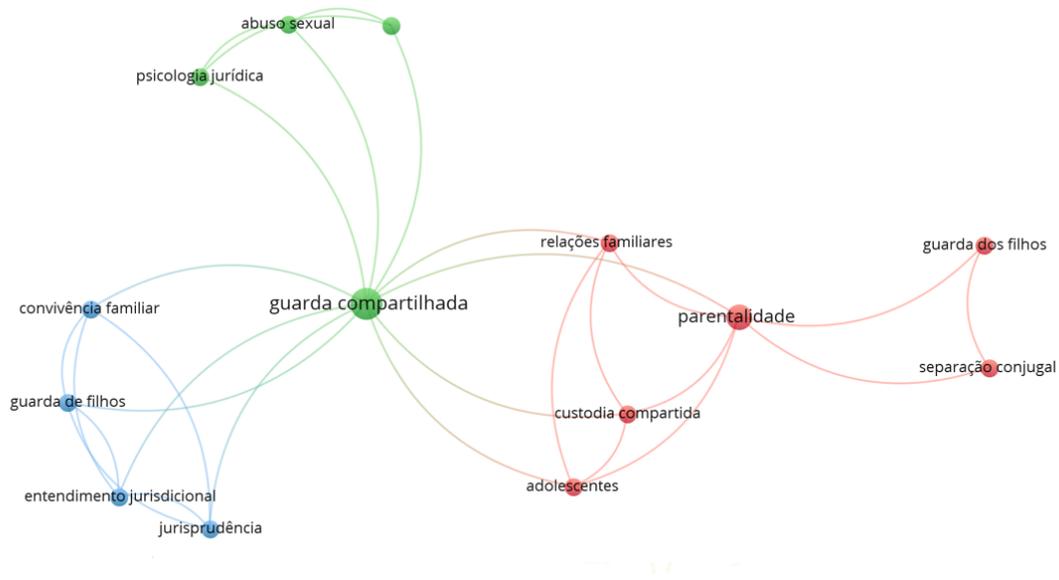
As redes de palavras destacáveis no Eixo 2 são referentes às buscas dos termos “alienação parental” e “guarda compartilhada”, temas em voga nas pesquisas dentro desse eixo, como observado. Em ambos os casos, as análises das redes e as leituras dos resumos dos materiais selecionados orientam que se tratam de fenômenos entendidos de maneiras multivariadas pelos estudos, o que será destacado a seguir.

6.3.1 ALIENAÇÃO PARENTAL COMO FENÔMENO MULTIVARIADO

Na rede de palavras advinda das buscas sobre alienação parental chama atenção como o abuso sexual infantil se apresenta recorrente. Algumas vezes com o termo completo, outros somente como abuso sexual ou abuso infantil. Fato é que se trata de um elemento importante nas tramas de alienação parental das crianças.

A leitura do material demonstra que casos considerados como falsas denúncias de abuso sexual são indicados como instrumentos de alienação parental das crianças por uma das partes que deseja lograr vantagens no processo de guarda de filho/a. Isso também fica evidente quando a rede de palavras mostra que o termo “alienação parental” se conecta à expressão “disputa de guarda”. Contudo, carece saber quais os critérios considerados para definir uma denúncia desse tipo de violência como falsa, qual sua real recorrência no montante de processos e o quanto essas denúncias são agenciadas nas disputas de guarda e acusações de prática de alienação parental. Na Figura 15, é possível visualizar como se dispõe a rede de palavras baseada nesse termo.

FIGURA 16 | REDE DE PALAVRAS PRODUZIDA A PARTIR DA PESQUISA DE ARTIGOS COM “GUARDA COMPARTILHADA”



Fonte: Scielo | software: VOSviewer.

Ademais, é pertinente observar como as redes evidenciam termos das áreas de psicologia e, no caso da segunda, também do direito. Mais do que reforçar que esses campos acadêmicos são os que aparecem mais frequentemente no levantamento, demonstra-se uma construção de informações próprias desses domínios, carecendo de análises estruturais desses temas, ou seja, faltam artigos que apresentem análises dos aspectos sociais inerentes a essas questões. A leitura dos resumos das teses e dissertações, além dos artigos, permite avançar em alguns aspectos nesse sentido.

6.4 Demandas a um olhar ampliado: observações gerais sobre os estudos e desafios colocados até o momento

Os temas que envolvem o Eixo 2 demandam um olhar ampliado e problematizador, de maneira a visualizar fenômenos menos evidentes que compõem os riscos de proteção às crianças na dissolução da sociedade conjugal.

É oportuno destacar as buscas por delimitarem cientificamente os elementos que configuram um caso como alienação parental. Nesse sentido, alguns trabalhos da psicologia construíram métodos de escala para avaliar esses casos, fato que leva à necessidade de se verificar se há instrumentos específicos, de que forma e em que proporção nas unidades de Justiça do Brasil.

Nesse tema ainda, trabalhos quantitativos e qualitativos indicam que as mulheres são as que mais recebem acusações de realizarem alienação parental. Observa-se que estudos quantitativos mais abrangentes, com amostra estatisticamente significativa,

devem ser realizados para verificar se essa informação representa a realidade nacional. Não menos importante, pesquisas qualitativas críticas e aprofundadas devem ser conduzidas, com vistas a apreender os fatores e as condições pormenorizadas que expliquem essa realidade.

Aqui está uma das dimensões de expressiva pertinência para a contribuição de estudos das áreas das ciências sociais, que podem identificar, por exemplo, como questões de gênero e do cunho da violência doméstica podem estar relacionadas nessas situações. Aliás, são justamente os trabalhos dessas áreas que demonstraram como as concepções sobre família, maternidade e paternidade dos atores do sistema de Justiça atravessam as decisões judiciais desses casos. Exemplificando, trabalhos sobre o tema de ação de alimentos destacam o papel social e o desempenho da paternidade vinculados mais ao sustento econômico, do que afetivo, das crianças, como a dissertação de Perrone (2010).

No que toca às áreas de conhecimento mais frequentes, destaca-se que diferentes trabalhos da psicologia rompem o paradigma de que a separação dos pais desencadeia somente efeitos negativos nas crianças, evidenciando seus efeitos positivos no bem-estar daquelas que deixam de presenciar dinâmicas conflitivas no ambiente doméstico. Já no direito, chama atenção a reiteração de estudos que defendem o uso e as potencialidades de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, como a mediação, para as matérias relacionadas à proteção das crianças na dissolução da sociedade conjugal.

Os trabalhos indicam que apesar de recomendada, a modalidade de guarda compartilhada das crianças é pouco aplicada aos casos. Sobre ela, há dissenso entre as pesquisas: muitas publicações do direito orientam como a melhor forma de guarda, inclusive como mecanismo que poderia atenuar a alienação; enquanto outras publicações apresentam reflexões críticas, destacando suas eventuais complexidades, como aquelas relacionadas aos casos de abuso sexual e outras violências, por exemplo.

Por fim, destaca-se que diferentes trabalhos expressam os desafios interdisciplinares entre psicologia, direito e serviço social na área, tendo em vista o trabalho das equipes técnicas multidisciplinares no Poder Judiciário. As evidências orientam que é comum haver resistências dos atores do sistema de Justiça, em especial da magistratura, em aderir às orientações produzidas pelas equipes técnicas. No sentido oposto, reflexões demonstram que psicólogos e assistentes sociais muitas vezes têm dificuldades de entender a linguagem jurídica e as dinâmicas próprias do sistema. Desse modo, a interdisciplinaridade, fundamental na atuação de muitos desses casos, ainda se vê diante de desafios para ser efetivada.

7 Eixo 3

Destituição de poder familiar, adoção e tráfico de crianças

7.1 Caracterização do Eixo

A relação entre os três temas é clara: para que se realize a adoção de uma criança, em regra, há um processo de destituição do poder familiar que, feito pelo Poder Judiciário, regulamenta e organiza a retirada da criança do convívio da família de origem, apenas de maneira excepcional, conforme os preceitos legais, colocando-a em sua família extensa, espaço de acolhimento ou família acolhedora temporariamente (conforme será visto no Eixo 4). Caso a convivência com a família de origem e extensa seja inviável, o Judiciário pode decidir pela colocação da criança em uma família substituta, seguindo-se os trâmites próprios, nos termos do Código Civil, Código de Processo Civil e, especialmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Contudo, como aponta Cláudia Fonseca (1995), o sistema judicial de adoções não é a única forma de realizá-las, uma vez que existem formas compartilhadas de cuidado com criança que não são plenamente reconhecidas no plano legal ou outras formas de adoção por meio de tráfico ilegal ou legalizado de crianças, como discute Andrea Cardarello (2011). Há, ainda, a entrega voluntária de crianças pela livre vontade das gestantes, alterada recentemente pelo Marco Legal da Primeira Infância e pela Lei 13.509/2017 já mencionada neste texto.

A compreensão do fenômeno da entrega, destituição, adoção e até mesmo da disputa interpretativa do que seria o direito da mulher em determinar com quem permanece sua prole, repercute na fronteira entre a legalidade ou ilegalidade de determinadas práticas sociais no cuidado e circulação de crianças. O tema remete a uma ampla bibliografia que explora enquanto manifestações sociais da organização das relações de parentesco e da desigualdade social na qual inserem-se as famílias que não têm condições de cuidar de seus filhos e filhas. Assim, as palavras-chave que dão nome ao eixo e orientam a busca são constantemente interpretadas pela bibliografia e precisam ser pensadas de maneira contextualizada.

Por exemplo, as expressões “adoção irregular”, “adoção pronta” ou “tráfico legalizado” colocam nuances em práticas de adoção que, chanceladas pelo poder judiciário, poderiam ser questionadas à luz do ordenamento pátrio.

A “adoção tardia” é um termo sem delineamento claro, também, podendo ser referente a pesquisas sobre crianças a partir de dois anos, e no campo, surge ainda a expressão “adoção necessária”, que seria aquela referente a crianças mais velhas e/ou com deficiências ou necessidade de acompanhamento médico, podendo-se empregar maneiras diversificadas de busca de pretendentes, denominadas de “busca ativa” e com o uso de políticas de incentivo e estratégias de aproximação.

O baixo número de trabalhos que versa especificamente sobre o tráfico mereceria reflexão própria, e justificou a ampliação da busca com o uso de termos como “sequestro de crianças”, “Convenção de Haia”, “Protocolo de Palermo” e “turismo sexual”, como estratégia de busca de materiais complementares à temática.

A noção de negligência, ainda que central nos processos de destituição do poder familiar, não se destacou numericamente no levantamento da bibliografia, desse modo foi necessário complemento da busca, conforme já explicado em item pertinente. Feitas essas considerações, passamos à descrição dos resultados encontrados por meio das buscas realizadas.

7.2 Resultados das buscas

De modo geral, trata-se de temáticas com inúmeras pesquisas, totalizando 814 trabalhos encontrados, tendo sido 209 resumos selecionados, o que equivale a aproximadamente 27% desses trabalhos. Entre as palavras-chave pesquisadas, a que apresentou mais retorno foi “adoção de crianças”, com 297 entradas e 115 resumos selecionados. Na sequência, “poder familiar” apresentou 215 resultados, mas que abrangiam temáticas que não contemplam os assuntos do eixo, assim foram selecionados quatro resumos. Nesse caso, a expressão “destituição do poder familiar” apresentou-se mais precisa, tendo sido selecionados 38 resumos dos 73 encontrados. Já a expressão “perda do poder familiar” apresentou 13 resultados, tendo sido selecionados 10. Em menor proporção, resumos também foram selecionados com as palavras-chave “mães e negligência”, “protocolo de palermo”, “tráfico de crianças”, “turismo sexual” e “sequestro de crianças”.

7.3 Análise das palavras-chave

Pode-se observar por meio das redes de palavras que há distância entre as realidades sociais em que estão inseridas as famílias destituídas e adotantes, as políticas públicas de cuidado e os assuntos abordados pelas pesquisas realizadas.

7.3.1 PODER FAMILIAR DE FAMÍLIAS ADOTANTES E DE ORIGEM

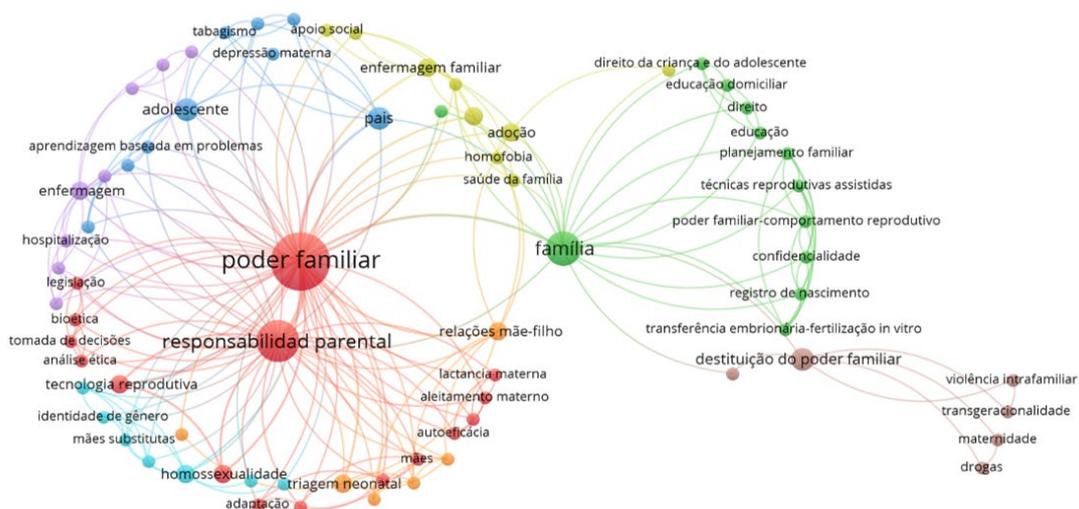
Conforme a Figura 17, a rede de palavras decorrente da expressão “poder familiar” demonstra maior proximidade do tema adoção do que destituição do poder familiar. No que toca especificamente à destituição do poder familiar (abaixo, à direita) observa-se quatro termos de maior incidência: “drogas”, “maternidade”, “transgeracionalidade” e “violência intrafamiliar”. Ao relacionar poder familiar com “adoção”, “responsabilidade parental”, “mães substitutas”, “homossexualidade”, “relações mãe-filho” e “adaptação”, sugere-se que as pesquisas em torno da temática se centram muito mais nas formas de recepção das crianças nas novas entidades familiares substitutas do que nas de origem.

Nessa rede em que, de certa forma, ao redor de poder familiar se reproduzem os debates sobre as famílias constituídas por meio da adoção, em contato com “família” há os debates sobre “reprodução assistida”, “educação domiciliar”, “confidencialidade” e “registro de nascimento” para, apenas de maneira periférica e em menor incidência, tratar-se da destituição do poder familiar.

No que tange à destituição, destaca-se que as palavras relacionadas tratam das motivações para a destituição e supostas violações aos direitos das crianças, como violência e drogas. As análises acerca das questões sociais (como acesso à saúde, habitação, educação) que permeiam os debates sobre a destituição de famílias, segundo a própria bibliografia do tema, e que se configuram como direitos violados das famílias de origem, restam invisibilizadas na rede.

Ressalta-se, ainda, a centralidade da figura materna, que aparece em relação constante com poder familiar, família e destituição, não havendo termos específicos para a figura paterna.

FIGURA 17 | REDE DE PALAVRAS PRODUZIDA POR MEIO DA PESQUISA DE ARTIGOS COM “PODER FAMILIAR”



Fonte: Scielo | software: VOSviewer.

7.3.2 HOMOPARENTALIDADE COMO TEMA RECORRENTE EM “ADOÇÃO”

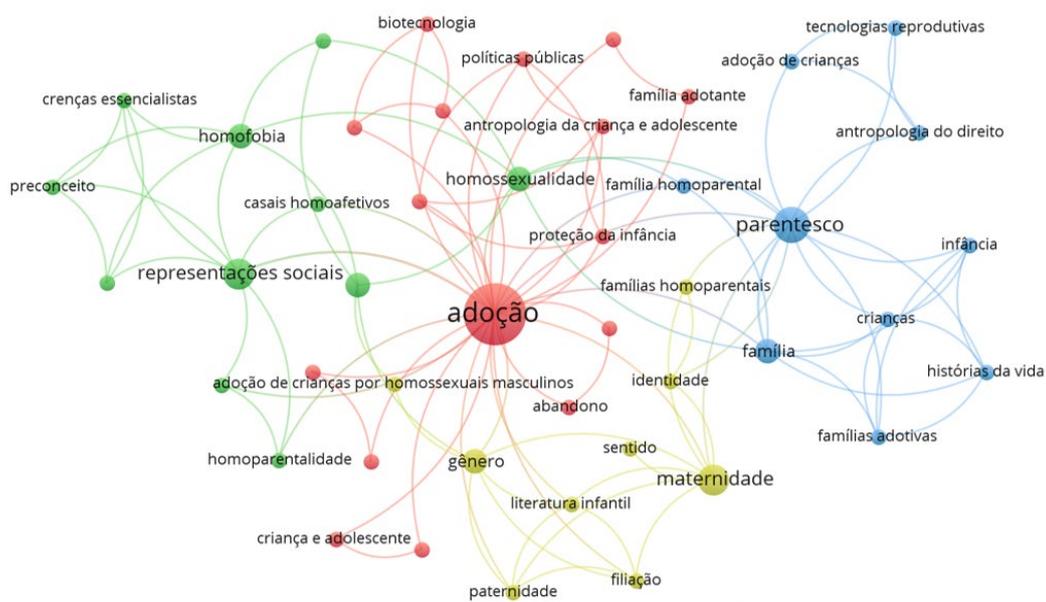
Ao se analisar a rede de palavras que deriva do termo “adoção”, observa-se a ênfase na família adotante e em termos como “homoparentalidade”, com grande número de incidência em variadas formas; como “homossexualidade”; “família homoparental”; “casais homoafetivos”; “homofobia”; “preconceitos”; “adoção de criança por homossexuais masculinos”.

Não havendo dados concretos sobre um maior número de casais que se pretendem adotantes serem constituintes de núcleos familiares homoafetivos, pode-se compreender esse grande número de estudos como decorrente da própria característica moral e moralizante do debate público em torno de quem pode constituir família e suas formas de regulamentação pelo Estado.

Destaca-se que, de acordo com a Figura 18, “homossexuais masculinos” e “paternidade”, localizados em local distante e periférico na rede (abaixo, centralizado), são as referências diretas a uma figura masculina e paterna, de modo que a figura da mãe possui maior incidência.

O termo “Políticas Públicas” surge na rede de palavras conectada com a ideia de proteção à infância e adoção (acima, centralizado em vermelho), sem menção às políticas de cuidado à gestação, famílias de origem ou outras temáticas relativas à garantia de direitos em específico.

FIGURA 18 | REDE DE PALAVRAS PRODUZIDA A PARTIR DA PESQUISA DE ARTIGOS COM “ADOÇÃO”



Fonte: Scielo | software: VOSviewer.

7.4 Fragmentos do mesmo fenômeno: observações gerais sobre os estudos e desafios colocados até o momento

O estudo das pesquisas que versam sobre os assuntos deste eixo demonstra que, no caso dos trabalhos sobre o cenário mais amplo dos processos de destituição e adoção, muitas dissertações e teses focam as questões da pobreza e vulnerabilidade das famílias, em geral oriundas da área do Serviço Social, sendo que a maior parte dos trabalhos trata dos temas a partir de perspectivas individuais ou pequenas amostras.

A análise dos resumos das pesquisas compiladas permite compreender como a destituição é pensada distante do poder familiar e da adoção, evidenciando a análise fragmentada de expressões de um mesmo fenômeno: a retirada de crianças de determinadas famílias para a potencial inserção em outras, a figura materna, presente em relação a maus-tratos infantis, violência doméstica, mortalidade infantil e negligência, que indicam, novamente, como a tarefa do cuidado é distribuída de maneira desigual em nossa sociedade e também sua responsabilização quando o cuidado é insatisfatório.

São questões que precisam ser consideradas na compreensão do fenômeno a partir do sistema de justiça, no qual seus diversos atores, por meio de seus documentos técnicos, informam as relações entre as políticas públicas (e sua ausência) como fatores determinantes para a destituição, acesso à adoção formal como forma de parentesco e identificação de situação de tráfico de crianças, que em geral envolve uma ou mais vulnerabilidades sociais, e desigualdades jurídicas que podem diferenciar a compreensão de uma situação que seja de “melhor interesse da criança” para outra que signifique “adoção à brasileira” ou “tráfico” e implique na retirada da criança do núcleo familiar. Visibilizar quais as políticas públicas envolvidas – ou não – na rede de proteção social às famílias, mães e crianças é tema que se impõe.

8 Eixo 4

Famílias acolhedoras e unidades de acolhimento

8.1 Caracterização do Eixo

 Eixo 4 trata das políticas de cuidado de crianças em famílias acolhedoras e unidades de acolhimento. Ambas as políticas são intrínsecas às políticas municipais, o que denota de saída os desafios da pesquisa e atuação na área, dada a descentralização nacional da temática. Na busca por palavras utilizadas, procurou-se contemplar também a antiga terminologia para o acolhimento, a saber “abrigo”, somada aos demais termos “criança institucionalizada”, “acolhimento familiar”, “unidade de acolhimento” e “família acolhedora”.

O acolhimento de crianças e sua inserção em famílias acolhedoras deve ser considerado de maneira integrada aos motivos que levaram ao acolhimento e às formas de saída desse acolhimento, priorizando-se a família de origem, como dispõe o ECA, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e demais normativas relacionadas.

8.2 Resultados das buscas

De modo geral, ambas as temáticas totalizaram 334 trabalhos encontrados, tendo sido 126 selecionados para este levantamento, o que representa aproximadamente 38% do total. A palavra-chave com mais retorno foi “abrigo”, com 182 entradas, das quais 20 resumos foram selecionados. Na sequência, “criança institucionalizada” apresentou 51 resultados, sendo classificados 37; “família acolhedora” com 30 entradas e 26 resumos selecionados; e “unidade de acolhimento” com 25 trabalhos identificados, sendo 13 considerados para o estudo.

qualitativos, segundo a apreensão inicial dos resumos desses trabalhos, e com protagonismo da grande área de conhecimento da psicologia, seguidos das áreas de serviço social, enfermagem, educação, direito e ciências sociais.

No mesmo sentido, é importante apontar as lacunas na bibliografia sobre as formas de seleção das famílias, a recepção das políticas remuneratórias, a comparação com a existência (ou não) de políticas de apoio financeiro às famílias de origem e a dificuldade de ampliação do número de famílias dispostas ao acolhimento familiar, que seriam de interesse para esta pesquisa.

No que toca às unidades de acolhimento, a bibliografia indica a necessidade de busca de dados sobre a formação dos profissionais que atuam nas unidades, suas condições de trabalho e saúde mental. A exploração dos dados oficiais sobre trajetória das crianças em termos de adoção, retorno à família e maioria deve ser feita para análise dos dados produzidos. Em especial, lacunas nas políticas de formação e acompanhamento das famílias, poderão ser de especial interesse.

Considerações Finais

A apresentação do presente estudo bibliométrico permitiu uma visão geral de como a infância vem sendo estudada a partir das diversas áreas de conhecimento no tocante aos temas de eixos da pesquisa diagnóstica que compõe o Pacto Nacional Pela Primeira Infância.

Sem intenção de apresentar autores e pesquisas em específico, o estudo ofereceu um levantamento a partir dos anos de publicação, áreas de conhecimento, delineamento metodológico, distribuição geográfica e palavras-chave usadas. A bibliometria, embora represente uma amostra, pois foi produzida a partir de estudos de interesse para o diagnóstico e não da realidade total, sinaliza: i) a oscilação temporal de estudos sobre esses temas no Brasil, com uma tendência ascendente até 2017, e descendente desde então; ii) o predomínio de pesquisas com abordagem qualitativa, demandando-se mais estudos de caráter quantitativo ou com amostras mais ampliadas; sobre as pesquisas quantitativas verificadas, há a carência de estudos mais abrangentes da multiplicidade da realidade brasileira; iii) o protagonismo da área de psicologia em publicações nos temas investigados, seguido dos cursos de direito, serviço social, ciências sociais e saúde pública; e, iv) o destaque dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul como sede ou origem das pesquisas, o que orienta para a necessidade de estudos com maior variedade regional.

As redes de palavras produzidas permitiram uma visão ampliada das temáticas; as relações até o momento exploradas pela bibliografia; e os possíveis caminhos a serem percorridos no cruzamento de dados e a produção de subsídios, por meio do diagnóstico, para o fomento e aprofundamento de novas pesquisas. A apreensão geral dos trabalhos permitiu perceber uma centralidade de muitas discussões desde o lócus da saúde, demandando-se também mais estudos desde a interface do tema com o sistema de justiça, como se conduzirá no Diagnóstico.

Por sua vez, as impressões gerais destacadas sobre os estudos aludem para principais conclusões evidenciadas por esses bem como algumas lacunas e desafios de cada eixo. São elementos que, além de se apresentarem como resultados deste estudo propriamente, orientam a importância e os direcionamentos do Diagnóstico em curso.

No geral, destaca-se a necessidade de uma perspectiva ampliada para os fenômenos que se referem à atuação do sistema de justiça na primeira infância, de maneira a apreender os diferentes atravessamentos que estão colocados. A citar, por exemplo, o acesso das famílias às políticas públicas, as vulnerabilidades de classe social, as concepções de gênero no que envolvem as responsabilidades familiares e os desafios à atuação interdisciplinar nos casos.

A visão geral dos eixos, por meio do levantamento de artigos da base Scielo.org e do catálogo de teses e dissertações da Capes, e sua seleção em nossos bancos, conformam-se como um repositório relevante para o direcionamento do olhar ao longo da pesquisa e para a reflexão teórico em momento oportuno.

De modo geral, a interdisciplinaridade da temática da Primeira Infância é manifesta, e a produção do diagnóstico, a interlocução com atores-chave nesses processos e a análise de processos judiciais poderão auxiliar na investigação acerca do papel do Sistema de Justiça e Garantia de Direitos na proteção da Primeira Infância no país.

Referências

- ALVARADO, R. U. A Bibliometria no Brasil. **Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, 11, 1984. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/200>. Acesso em: 21 set. 2020.
- ARAÚJO, Carlos A. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 2 out. 2020.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 1990, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei n. 11.698, de 13 de junho de 2008. Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, ano 2008, 16 jun. 2008.
- BRASIL. Lei n. 12.020, de 27 de agosto de 2009. Dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para modificar o rol de instituições de ensino comunitárias. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, ano 2009, 28 ago. 2009.
- BRASIL. Lei n. 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, ano 2010, 27 ago. 2010, retificado 31 ago. 2010.
- BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986; 7.998, de 11 de janeiro de 1990; 5.537, de 21 de novembro de 1968; 8.315, de 23 de dezembro de 1991; 8.706, de 14 de setembro de 1993; os Decretos-Leis n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, ano 2012, 19 jan. 2012, retificado 20 jan. 2012.

- BRASIL. Lei n. 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, ano 2014, 23 dez. 2014, retificado 24 dez. 2014.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Dar à luz na sombra:** condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Brasília: Ministério da Justiça, IPEA, 2015.
- BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, ano 2015, 17 mar. 2015.
- BRASIL. Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei n. 12.662, de 5 de junho de 2012. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, ano 2016, 9 mar. 2016.
- BRASIL. Lei n. 13.509, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, ano 2018, 23 fev. 2018.
- BRASIL. Lei n. 13.769, de 19 de dezembro de 2018. Altera o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis n. 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos); para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, ano 2018, 20 dez. 2018.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pacto Nacional pela Primeira Infância.** Brasília, DF, ano 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Pacto-Nacional-pela-Primeira-Infancia_2020-09-01_WEB.pdf. Acesso em: 2 out. 2020.
- DIUANA, Vilma; CORRÊA, Marilena C.D.V; VENTURA, Miriam. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online].** 2017, v. 27, n. 3, pp. 727-747. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300018>. Acesso em: 25 set. 2020.
- FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção.** São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres.** 2014b. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 26 de set. de 2020.

- MOMESSO, Ana Carolina; NORONHA, Daisy Pires. Bibliométrie ou Bibliometrics: o que há por trás de um termo?. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 118-124, jun. 2017. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2831>>. Acesso em: 24 de set. de 2020.
- PERRONE, Tatiana Santos. **Quais valores? Disputas morais e monetárias em ações de alimentos - uma etnografia em varas de família**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.8.2011.tde-07072011-100239.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: CONANDA, 2006.
- REZENDE, Magda Andrade *et al.* PROJETO CARI - UMA PROPOSTA DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 239-245, Dez. 1985. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62341985000300239&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 de set. de 2020.
- SILVA, M. R.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 110-129, 2011.
- SIMAS, Luciana *et al.* A jurisprudência brasileira acerca da maternidade na prisão. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 547-572, Dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000200547&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 de ago. de 2020.
- STF, HC: 143641 SP - SÃO PAULO, Relator: Min. Ricardo Lewandowski, Data de Julgamento: 24/10/2018, Data de Publicação: DJe-228 26/10/2018. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/642872834/habeas-corporus-hc-143641-sp-sao-paulo>. Acesso em: 26 de set. de 2020.
- VARGAS, Marлизete Maldonado. **Adoção tardia**: um estudo do processo de adaptação criança-família [Dissertação de Mestrado]. Campinas: PUCCAMP, 1994.

